### Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 20

O GLOBO - RJ - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Coaf aponta 'movimentação incompatível' de Barros4
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Melhora fiscal em 2021 é 'miragem ' que deve acabar em 2022
o estado de s. paulo - política seguridade social Prefeitura de SP estima retorno de R\$ 60 bi com reforma
PORTAL UOL - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL Por que gigantes de apps não podem contribuir para o INSS?
o estado de s. paulo - política servidor público MPT pede afastamento de Camargo9
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL ANFIP
Fim do triênio será impasse entre a Alerj e o governo - COLUNA DO SERVIDOR
Queremos democracia e paz social no Brasil - PONTO A PONTO11
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA  Manifestos pela democracia14
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Febraban deixa discrição de lado em reação a Guedes e cenário econômico
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Insatisfação com reforma do IR deu impulso a documento
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Para empresários, Skaf suspendeu divulgação a pedido de Lira19
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA  O "Simplifica" complica (Artigo)
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA  Orçamento "apertado" deverá ter ajustes
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA  O preço da gasolina não cai no grito, como quer Bolsonaro
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  Agronegócio defende Estado de direito

Terça-Feira, 31 de Agosto de 2021
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  Organisation impress are more de incertaze.
Orçamento imerso em mar de incerteza
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  Déficit do governo diminui, mas é o 3ª maior da história
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  Pacheco e Lira tentam acordo para destravar textos do Refis e do IR
o estado de s. paulo - economia e negócios tributos - contribuições e impostos  Gasolina já passa de R\$ 7 em 3 regiões
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  Petroleiras estrangeiras mostram interesse em leilão, diz secretário
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  Bolsonaro diz que espera sofrer "sanção restritiva"
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Precatórios podem sair do impasse hoje
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA  Reforma e contrarreforma (Artigo)
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA Suspensão de manifesto surpreende e decepciona entidades da indústria
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA
Teto para precatórios pode criar fila de R\$ 1,4 tri até 2036
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO ECONOMIA
Uma solução para os precatórios (Artigo)
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA
Sem dinheiro para fuzil (Editorial)
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA
Precatórios podem gerar 'bola de neve' de até R\$ 1,4 tri
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA
Negociação sobre dívidas passa por acordo com Estados49
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA
Setores do agronegócio fazem manifesto contra "risco de retrocessos"
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA
Teto de precatórios pode gerar dívida de R\$ 672 bi

Terça-Feira, 31 de Agosto de 2021

# Coaf aponta 'movimentação incompatível' de Barros

PAULO CAPPELLI, NATÁLIA PORTINARIE JULIA LINDNER opais@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

# Melhora fiscal em 2021 é 'miragem ' que deve acabar em 2022

#### Marta Watanabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186994?page=1&section=1

#### Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186994?page=1&section=1

## Prefeitura de SP estima retorno de R\$ 60 bi com reforma

#### Adriana Ferraz

A Prefeitura de São Paulo estima obter um retorno financeiro de R\$ 60 bilhões nos próximos dez anos se conseguir aprovar um pacote de reformas fiscais prestes a ser enviado à Câmara Municipal. Serão dois projetos: um propõe uma nova reforma previdenciária e o outro incide sobre **tributos** municipais, como o Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

As propostas estão em fase final de elaboração. A expectativa é de que os textos possam chegar às mãos dos vereadores nesta semana para que, em seguida, técnicos da Prefeitura ajudem a tirar dúvidas dos parlamentares numa estratégia em busca de votos. A nova proposta de reforma previdenciária, por exemplo, exigirá o apoio de ao menos 37 dos 55 vereadores.

Em 2018, o então prefeito Bruno Covas (PSDB) obteve aval da Casa para modificar as regras da previdência municipal, mas enfrentou uma série de protestos de servidores e greve. Parte dos vereadores teme que isso se repita e afirma que a Prefeitura errou em fatiar a reforma.

Mesmo sem conhecer os detalhes do projeto de emenda à Lei Orgânica do Município, parlamentares até da base aliada estimam dificuldades para aprovála em véspera de ano eleitoral.

O ganho financeiro e os projetos possíveis de serem realizados a partir das reformas serão usados como argumento pela gestão Ricardo Nunes (MDB) para negociar votos na Casa. De acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda, apenas a reforma previdenciária pode render uma economia de R\$ 111 bilhões em 35 anos - o que não eliminará, mas fará cair o déficit de R\$ 171 bilhões previstos para o mesmo período sem mudanças.

Entre as propostas incluídas na reforma está baixar o valor que serve de base para a contribuição dos inativos. Hoje, só contribui quem recebe acima do teto do **INSS**, ou seja, quem ganha pelo menos R\$ 6,4 mil. O texto em elaboração prevê a cobrança já acima do salário mínimo, que é de R\$ 1,1 mil. Esse é o ponto nevrálgico do projeto, segundo a própria Prefeitura. E dele depende a economia prevista.

Presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal, Claudio Fonseca (PSB) afirmou que é uma "contradição" dar isenção a empresas e tirar de servidores. Ele se refere ao segundo projeto que chegará à Câmara, classificado pela Prefeitura como pacote de "modernização fiscal". "Os **servidores públicos** não vão pagar essa conta! ", disse ele nas redes sociais.

Segundo o secretário da Fazenda, Guilherme Camargo, a intenção da Prefeitura é incentivar a retomada econômica de setores estratégicos para a cidade (como os de eventos e turismo), modernizar a legislação, combater a guerra fiscal e gerar empregos.

Taxa do lixo. A parte do pacote fiscal que trata dos **tributos** municipais vai abarcar do IPTU à criação de uma taxa para custear a coleta de lixo na cidade, passando por mudanças nas alíquotas que incidem sobre nove diferentes setores econômicos.

As duas primeiras medidas são obrigatórias por lei.

Cada novo prefeito deve, em seu primeiro ano de governo, revisar a Planta Genérica de Valores (PGV), usada como cálculo para a cobrança do IPTU. É ela que define se o metro quadrado de todas as ruas da cidade sofreu valorização ou desvalorizou, aumentando ou reduzindo o valor pago por ano.

Segundo o Estadão apurou, a gestão Nunes tinha a intenção de aumentar o tributo de cerca de 6% dos imóveis e terrenos da cidade, mas recuou diante da reação dos vereadores. Deste modo, só pagarão mais imposto moradores e comerciantes de locais valorizados, segundo a PGV.

#### Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Prefeitura de SP estima retorno de R\$ 60 bi com reforma PORTAL UOL

Prefeitura de SP estima retorno de R\$ 60 bi com reforma

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

# Por que gigantes de apps não podem contribuir para o INSS?

#### Carlos Juliano Barros

Como já nos acostumamos a ver, o governo Bolsonaro resolveu tirar da cartola mais um coelho de feições ainda não muito bem delineadas. O truque da vez tem por objetivo enfrentar a urgente e necessária regulação do trabalho por aplicativos, criando a figura do Microempreendedor Digital (MED) .

A proposta tem toda a aparência de um balão de ensaio - aquela coisa de jogar uma ideia ao vento, como quem não quer nada, para ver se cola. Sem debate amplo, nem estudo aprofundado.

Resumindo a ópera, o que está se cogitando é a possibilidade de as plataformas abaterem da remuneração dos trabalhadores, antes do pagamento final, a contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ou seja, reter na fonte.

A medida soa mais como atalho para aumentar a arrecadação e aliviar a barra das contas públicas do que como caminho para assegurar direitos básicos a milhões de cidadãos, de maneira justa e sustentável.

Se a proposta do governo vingar, a Previdência das pessoas a serviço dos apps vai continuar sendo financiada apenas pelos cofres públicos e pelo bolso dos próprios trabalhadores, para alívio do caixa das chamadas empresas de tecnologia .

Nunca é demais lembrar que o papo aqui não é sobre pequenas firmas que suam um bocado para equilibrar despesas e receitas no fim do mês. Estamos falando de mega corporações líderes de mercado, bancadas por fundos de investimento de risco bilionários.

Hoje, motoristas e entregadores, para citar as duas categorias mais conhecidas dos serviços de apps, já podem se formalizar como Microempreendedores Individuais (MEIs).

Pagando uma contribuição simbólica, de 5% do salário mínimo, a pessoa tem direito à cobertura mínima da Previdência. Em caso de doença ou de acidente, por exemplo, recebe o piso pago pelo **INSS**. Nesse modelo, as plataformas não têm qualquer custo.

Porém, constituir uma MEI não é obrigatório para quem ganha a vida em aplicativos. Na prática, a informalidade ainda é bastante expressiva.

E mesmo quem tem uma MEI aberta frequentemente deixa de recolher os R\$ 55 mensais para o INSS - valor subsidiado pelo governo, ressalte-se. Do total de 11 milhões de microempreendedores individuais em atividade no país, número que vai muito além dos trabalhadores de plataforma, quase 40% estão inadimplentes.

O formato do Microempreendedor Digital, que retém na fonte a contribuição para o **INSS**, sem dúvida ajuda no combate à alta taxa de calote. Porém, não enfrenta o desafio da sustentabilidade financeira do sistema, por causa do subsídio bancado pelo governo.

Quando ainda fazia parte do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o atual subsecretário da Previdência - Rogério Nagamine Costanzi - publicou um estudo estimando um déficit potencial de R\$ 608 bilhões para o **INSS**, até o ano de 2060 , causado pelas subvenções do regime do MEI.

Detalhe importante: os cálculos se basearam em dados de quatro anos atrás, quando o número total de microempreendedores individuais era 30% menor que o atual. Em outras palavras, o rombo pode ficar ainda maior no futuro.

Não se trata aqui de condenar o sistema do MEI. Pelo contrário. Ele desempenha um papel importantíssimo ao estender o cobertor da proteção social a quem trabalha por conta própria, de forma realmente autônoma.

Mas a essa altura do campeonato já estamos carecas de saber que esse não é o caso de quem se cadastra em um aplicativo. Qualquer pessoa minimamente séria e antenada a esse debate compreende que não há nada de empreendedorismo em se arriscar sobre uma moto - e que é preciso colocar regras na relação entre trabalhadores e plataformas.

Até mesmo executivos de alta patente das plataformas vêm reconhecendo isso. Em recente entrevista ao Estadão, o diretor jurídico do iFood sinalizou com a possibilidade de o setor privado dar sua contribuição para custear a Previdência dos trabalhadores de aplicativos. Mas defendeu que isso seja feito a partir de um regime alternativo ao da Consolidação das Leis

Trabalhistas (CLT).

No ano passado, a deputada federal Tabata Amaral já havia apresentado um Projeto de Lei (PL) para definir os termos do trabalho sob demanda , prevendo uma série de obrigações por parte dos aplicativos. O texto cria um regime híbrido, entre o celetista e o autônomo, algo que já existe em países da Europa. Por um lado, o PL afrouxa a noção de vínculo empregatício. Por outro, deixa claro que as empresas também precisariam colocar a mão no bolso. O projeto está engavetado no Congresso.

Na verdade, a própria CLT já prevê que uma empresa, ao contratar um trabalho eventual, pague os encargos proporcionais à tarefa desempenhada. Esse sistema é aplicado, por exemplo, entre os estivadores portuários. Quando pensamos nos sofisticados algoritmos desenvolvidos pelas plataformas, não parece um grande desafio que elas calculem quanto devem recolher de encargos trabalhistas a cada corrida.

Felizmente, parece que já superamos a fase de acreditar na cantilena de que as plataformas são meras intermediadoras entre clientes finais e prestadores de serviços. Caminhamos para um consenso de que é necessário construir uma regulação séria.

Da forma como está desenhada, a ideia do Microempreendedor Digital vai na contramão do conceito consagrado pela Constituição - e pelo bom senso - de que a Previdência se sustenta sobre um tripé bancado pelo Estado, pelos trabalhadores e, claro, pelas empresas.

É hora de superar de uma vez por todas a privatização dos lucros e socialização dos prejuízos , para ressuscitar a célebre máxima do economista Celso Furtado.

Site: https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-julianobarros/2021/08/31/microempreendedor-digital-por-queapps-nao-podem-contribuir-para-o-inss.htm

### MPT pede afastamento de Camargo

O Ministério Público do Trabalho (MPT) pediu à Justiça o afastamento imediato do presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, pela prática de assédio moral. Segundo o procurador Paulo Neto, responsável pelo caso, as investigações concluíram que há perseguição político- ideológica, discriminação e tratamento desrespeitoso por parte de Camargo contra servidores do órgão.

A ação pede que Camargo seja condenado a pagar indenização de R\$ 200 mil por danos morais.

Além disso, requer que a fundação "não permita, submeta ou tolere a exposição de trabalhadores a atos de assédio moral praticado por qualquer um de seus gestores" e cobra um diagnóstico do meio ambiente psicossocial do trabalho.

As investigações que culminaram no processo duraram mais de um ano, com a oitiva de 16 pessoas, entre ex-funcionários, **servidores públicos** concursados, comissionados e empregados terceirizados do órgão. De acordo com a Procuradoria do Trabalho, as apurações indicaram que Camargo persegue os trabalhadores que ele classifica como "esquerdistas", promovendo um "clima de terror psicológico" na fundação.

Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, o novo procurador- geral do Ministério Público do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, manifestou ontem apoio da instituição ao procurador Paulo Neto. "O procurador tem todo o nosso apoio para continuar o trabalho, para que o assédio moral não tenha guarida nas nossas empresas e instituições", afirmou Pereira.

Pelo Twitter, Camargo afirmou que "o MPT não tem autoridade para investigar servidores ou pessoas em cargos comissionados", e que as acusações contra ele "partiram de militantes vitimistas e traíras".

#### Notícias Relacionadas:

JORNAL DE BRASÍLIA - DF
MPT pede afastamento de Camargo

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

# Fim do triênio será impasse entre a Alerj e o governo - COLUNA DO SERVIDOR

#### Paloma Sevedra (interina)

Aextinção do triênio garantido hoje ao funcionalismo estadual já desponta como um ponto de divergência entre a Alerj e o governo fluminense no âmbito da discussão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A medida é imposta pelo decreto federal que regulamenta o RRF, sem deixar margens de negociação para o Estado. Técnicos do Palácio Guanabara dizem ainda que o cumprimento dessa exigência é considerado "um item de honra" pela equipe econômica da União.

O Executivo não crava como pretende implementar a medida: se para os atuais ou futuros servidores. Mas a interpretação de alguns integrantes do governo é de que o fim do adicional por tempo de serviço teria que valer para todos - o que já foi rejeitado pelo presidente do Legislativo, André Ceciliano (PT), e outros deputados.

O tema, inclusive, começou a ser debatido ontem na reunião do Conselho Consultivo do Plano de Recuperação Fiscal, formado por representantes do Judiciário, Legislativo, Defensoria, MP, TCE e Procuradoria. O grupo tem caráter apenas opinativo.

Leis devem valer a partir de novembro

O prazo de envio à Alerj das mensagens que vão compor o pacote de austeridade do regime também foi conversado ontem pelo conselho. Diante das datas estipuladas pela legislação federal e das negociações do governo do Rio com a Secretaria do Tesouro Nacional, a avaliação é de que as leis exigidas pelo RRF já devem estar valendo - ou seja, aprovadas e sancionadas - em 4 de novembro. Se esse for de fato o prazo, o governo tentará correr com os projetos. Isso porque os temas geram muita discussão e, mesmo que as propostas tramitem em regime de urgência, haverá apresentação de emendas - o que adiará votações -, colégios de líderes, audiências, entre outros caminhos a serem percorridos.

'Só se for para os novos'

As secretarias de Fazenda e Planejamento já estudam a adoção da medida. Durante a reunião, integrantes das áreas técnicas chegaram a falar em simulações. Representantes da Alerj no conselho, Luiz Paulo (Cidadania) e Waldeck Carneiro (PT) - ambos contra a iniciativa - ressaltaram que dificilmente a extinção do triênio seria aprovada devido ao direito adquirido dos servidores. Luiz Paulo chegou a ponderar que se a proposta for apenas para os novos há como passar.

Maia pode entregar relatório hoje

Após muita expectativa, o relator da PEC 32, que prevê a reforma administrativa, deputado federal Arthur Maia (DEM-BA), deve apresentar hoje o seu substitutivo ao texto do governo. A entrega do relatório ocorreria ontem, mas acabou sendo adiada: o relator quis fazer ajustes com membros da comissão especial.

"O relatório será protocolado amanhã (terça). Eu devo ter uma reunião com o relator antes da apresentação", disse o deputado Darci de Mattos (PSD-SC) - que integra a comissão - durante live realizada ontem pela **Anfip**.

Ponto central das reivindicações das categorias, a garantia de estabilidade para todos os servidores pode ser uma das mudanças que Maia implementará na nova versão.

Ontem, ele disse que estava preparando um relatório que "vai ajudar muito o Brasil"

Categorias pressionam vereadores

Sob pressão do funcionalismo do Rio, vereadores da base do prefeito Eduardo Paes (PSD) tentam costurar com o governo a retirada de trechos do PLC 4/21 (Novo Regime Fiscal) que afetam os servidores. A oposição já é declaradamente contra o texto, que prevê, por exemplo, congelamento salarial. As categorias trabalham para convencer os demais vereadores, e farão um ato, amanhã, em frente à Câmara. Em nota pública, o Movimento Unificado em Defesa do Serviço Público Municipal afirma que "se o projeto passar, vai faltar comida na mesa do servidor".

Site: https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/9406/31-08-2021.html

## Queremos democracia e paz social no Brasil - PONTO A PONTO



**DANIEL GODINHO** 

Em palestra para um grupo de empresárias que integram o Lide Mulher do Distrito Federal, o vice-presidente Hamilton Mourão defendeu o Estado de direito, frisou não haver remédio eficaz contra a covid-19 e pediu respaldo ao governo. "Precisamos do apoio da sociedade. Quando eu falo em mudança, todo mundo levanta o braço. Agora, quem quer mudar? Todo mundo tem de ceder em algum ponto", disse. "Quando se fala em **reforma tributária**, é onde a porca torce o rabo. Todo mundo tem de ceder um pouco para que se chegue a algum consenso e a uma situação melhor para todos."

Mourão discursou por uma hora para 50 empresárias, no Espaço Renata la Porta, no Lago Sul, que teve como anfitriões os presidentes da Lide DF, o empresário Paulo Octávio; e da Lide Mulher, a advogada Livia de Moura Faria. Na fala inicial, Paulo Octávio apontou que o grande desafio do país no momento é lutar contra o desemprego que atinge 14 milhões de pessoas.

O vice-presidente, por sua vez, fez um apanhado do cenário nacional e internacional. Começou referindose à pandemia, comparada por ele a um golpe de boxeador. "Todo mundo tem estratégia até levar um murro na cara", enfatizou. "Sabem quem foi o filósofo que disse isso? Mike Tyson. E a covid-19 foi um grande murro na cara de todo o mundo", completou, na palestra sob o tema Desafios de uma nação. A seguir, os principais temas que Mourão abordou.

Vacinas e geopolítica

"A Índia e a China fizeram uma geopolítica da vacina oferecendo para outros países. Até que, para a Índia, a situação ficou crítica internamente, eles tiveram de dar uma segurada. Os Estados Unidos adotaram a lei de Mateus: primeiro para os meus. A imprensa endeusou o Biden, mas quem comprou todas aquelas vacinas que ele anunciou foi o Trump. Elas foram deixadas pelo presidente anterior. (...) O governo busca a vacinação em massa. Fora da vacinação, não foi descoberto um remédio para essa doença. É uma doença que a medicina está lutando para realmente saber como controlá-la."

#### China contra Estados Unidos

"Muita gente repete o ensinamento histórico da Guerra do Peloponeso, armadilha de Tucídides, com a guerra que houve entre Atenas e Esparta e levou à destruição do mundo helênico. Vemos dois cenários nessa situação: ou uma competição benigna entre China e Estados Unidos, os dois andando em paralelo e trazendo conquistas para o mundo, ou aquilo que está se apresentando, uma rivalidade predatória, podendo, lamentavelmente, nos levar a algum tipo de conflito. Para o Brasil, em ambas as situações, temos de ser pragmáticos e flexíveis."

#### Excesso de partidos

O vice-presidente contou ser difícil manter um "presidencialismo de coalizão" com o grande número de partidos que existem no país e com representação no Congresso. "É muita gente que o governo tem de negociar para aprovar medidas importantes. Esse presidencialismo que vivemos exige uma capacidade de parte do Poder Executivo, de negociação constante, sem que ela pare, para que a gente consiga atingir os nossos objetivos."

#### Estado de direito

"Na esteira do longo ciclo de endividamento global, surge um mundo mais propenso a crises políticas. É só olhar o que está acontecendo nos países. Estamos vivendo uma transição do mundo político do pósguerra para outro ainda desconhecido. E a chegada desse modelo foi acelerada pela pandemia da covid-19. Sempre gosto de destacar os pilares da nossa civilização. Pacto de gerações, democracia como valor de um sistema de governo. Fora da democracia, não

existe outro, por pior que ela seja. O capitalismo no sistema econômico, o Estado de direito, a lei valendo para todos, sem prisões arbitrárias, sem o eu quero, eu posso, eu mando. E a sociedade civil forte, como está aqui representada. O papel da sociedade civil é cobrar dos representantes. Não é aparecer de quatro em quatro anos, apertar lá o botãozinho da urna eletrônica e depois reclamar das redes sociais. Tem de participar. O Brasil é muito maior do que os obstáculos que existem. Com a união do povo brasileiro, é possível. O que queremos é a democracia e a paz social no Brasil."

#### Zelo pela Amazônia

"É a última área estratégica do mundo. São três: África, Amazônia e Ásia Central. A China, que precisa ter acesso a materiais e insumos, está de olho em tudo. É direito deles. Mas nós, aqui, precisamos saber preservar a nossa soberania, em um território arduamente conquistado por aqueles que nos antecederam. Outra questão envolvida aí é a crise da água. Trinta por cento da água doce do planeta está na Amazônia, sendo mais de 20% na Amazônia brasileira. Nós, além da água sobre a terra, temos dois aquíferos. Vamos vender água num futuro próximo. Será item da pauta de exportação do Brasil, desde que a gente cuide bem da nossa Amazônia."

#### Potência ambiental

"Ninguém tem dúvida de que sustentabilidade é tema fundamental do século 21. Não posso passar para meus filhos e netos um mundo pior do que eu recebi. O Brasil não é o vilão do meio ambiente. De 100% das emissões de gases do efeito estufa que ocorrem no mundo, 23% são oriundas da agricultura e do desmatamento, ou seja, é o nosso pacote. Os outros 77% são queima de combustível fóssil. É o pacote dos países mais industrializados. Somos uma potência ambiental e agroalimentar, nossa matriz energética é limpa, legislação ambiental avançada, a gente tem de fazer com que ela funcione."

#### Multa ambiental

"Temos aplicado, o problema é as pessoas pagarem. A multa ambiental não é igual à multa de trânsito, que você recebe em casa e o máximo que diz: "Não, era a Renata (filha dele) que estava dirigindo, põe lá no CPF dela. Não, a multa ambiental é um contencioso fortíssimo que se arrasta".

#### Quarentena no Judiciário

"Quarentena para juízes está muito forte. Não sei se se dirige a Sergio Moro ou ao MP (Ministério Público). (Essa quarentena) Não é o caso. Transforma cidadãos brasileiros em de segunda categoria."

#### Crise no Afeganistão

"Os Estados Unidos não podem mais dominar o mundo. Mas também não podem mais retirar sua presença do mundo. É necessário dar continuidade. Ao sair do Afeganistão, os talibãs voltaram ao poder. O presidente Bolsonaro já sinalizou que o país estaria aberto para receber refugiados, mas devido à grande distância, não acredito que receberemos muitos."

#### Dívida e reforma ributária

"A dívida pública, em 12 anos, triplicou. Com a inflação, chegou a bater em 90% do PIB (Produto Interno Bruto), caiu para 84% no final do primeiro semestre, mas é uma dívida extremamente elevada para um país como o Brasil. Estamos no sétimo ano do país no vermelho. A previsão para 2021 é de R\$ 250 bilhões. Uma inflação pelo retorno da demanda, pela questão do câmbio, preço das commodities, a China comprando tudo, o pessoal quer vender lá fora e aumenta aqui dentro os preços de insumos básicos. A questão do desemprego; a baixa produtividade, pelo custo Brasil; a redução dos investimentos e do crescimento. Temos espaço para expansão fiscal? Complicado. Quem gasta mais do que ganha. Vive uma situação complicada. Governo é igual. Governo tem um limite que pode se endividar. O aumento dos gastos governamentais, num primeiro momento, houve aumento de imposto. Quando não deu mais, vamos nos endividar. Daí, o salto da dívida em 12 anos. Agora, não dá mais."

#### Mudança na Previdência

"Tivemos o pacote da Previdência. E vai ter de haver outra mudança. Estamos vivendo mais. Não vai adiantar o cara dizer que vai se aposentar aos 63 anos, porque não vai conseguir, ou, então, vai se aposentar e viver com uma mão na frente e outra atrás, porque o governo não tem dinheiro para bancar isso aí."

#### Orçamento Estado

"É preciso desvincular o Orçamento, em que 96% são de despesa obrigatória. E precisa da modernização do Estado. O Estado tem de gastar menos. Não é só a questão do funcionário. Viemos reduzindo o gasto com pessoal. A própria Forças Armadas. Em 2012, 85% do Orçamento das Forças Armadas era para pagamento de pessoal. O último dado, 2019, tinha caído para 75%. Mas o Estado ainda é ineficiente e atrasado. Em plena era da digitalização, ainda circula papel na Esplanada dos Ministérios. Processos todos em papel."

#### Privatização e concessões

"É preciso se abrir ao mercado. As concessões são muito importantes, o trabalho que o ministro Tarcísio vem fazendo, via PPI (programa de parcerias de investimento), para melhorar a infraestrutura do país, trazendo o setor privado. Mas para o setor privado vir, tem de ter duas coisas: segurança jurídica e estabilidade no ambiente de negócios, senão, o privado não vai colocar o dinheiro dele aqui. (O exprefeito do Rio de Janeiro Marcelo) Crivella derrubou os pedágios da linha amarela, e quem é que vai investir naquilo lá para ter prejuízo?"

#### Liderança do agronegócio

"Por que o nosso agronegócio é líder? Porque investiu em tecnologia, se abriu na década de 1970, do ministro Alysson Paulinelli. Saiu mundo afora para descobrir qual era a melhor forma de plantar e produzir no nosso país. E se deu um choque para competir com o restante do mundo. E hoje o restante do mundo quer nos cercear nessa questão."

### Manifestos pela democracia



O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, diz que documento já tem adesão de 200 entidades empresariais

Brasília - O agravamento da crise entre Executivo e Judiciário está gerando manifestos de entidades econômicas e política em defesa de mais diálogo. Sete entidades ligadas ao agronegócio publicaram ontem documento neste sentido. "É o Estado democrático de direito que nos assegura essa liberdade empreendedora essencial numa economia capitalista, o que é o inverso de aventuras radicais, greves e paralisações ilegais, de qualquer politização ou partidarização nociva que, longe de resolver nossos problemas, certamente os agravará", afirmam as entidades.

"Somos uma das maiores economias do planeta, um dos países mais importantes do mundo, sob qualquer aspecto, e não nos podemos apresentar à comunidade das nações como uma sociedade permanentemente tensionada em crises intermináveis ou em risco de retrocessos e rupturas institucionais. O Brasil é muito maior e melhor do que a imagem que temos projetado ao mundo. Isto está nos custando caro elevará tempo para reverter", diz ainda o documento.

Assinam o texto a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), a Abrapalma (produtos de óleo de palma), Croplife (entidade que promove a pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de germoplasma, biotecnologia, defesa vegetal e agricultura), Iba (representa indústria de papel e celulose) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

#### Já a Frente Nacional de Prefeitos

publicou carta aberta em que defende a "convivência harmônica" entre Executivo, Judiciário e Legislativo. "O país precisa de um plano de retomada econômica, sem ignorar o patamar recorde de quase 15 milhões de pessoas desempregadas; a diminuição da capacidade produtiva da economia e a volta da **inflação** - um cenário preocupante, que exige medidas emergenciais e a responsabilidade dos governantes, em todas as esferas."

Presidente da entidade e prefeito de Aracaju (SE), Edvaldo Nogueira (PDT) destaca na carta que os poderes devem ser independentes entre si, para que a democracia funcione como a Constituição manda. "É preciso que haja independência entre os poderes, cada poder cumprir o seu papel constitucional, com a democracia como ponto de ligação acima de tudo. É esse modelo que permite que o país possa desenvolver e aperfeiçoar sua democracia", destacou.

#### **ENTIDADES ADIAM**

Um manifesto de entidades empresariais que seria divulgado hoje em defesa do diálogo entre os poderes da República foi adiado após causar polêmica envolvendo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O documento reuniu assinaturas de cerca de 200 entidades empresariais para pedir harmonia entre os poderes da República. Mas, antes de sua divulgação, críticas feitas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e a reação negativa da Caixa e do Banco do Brasil, que anunciaram que deixariam de integrar a Febraban por causa do suposto conteúdo político do documento, levaram as entidades a recuar.

Segundo Guedes, a publicação do texto foi suspensa pela Fiesp e que "alguém" da Febraban teria transformado o documento em um ataque ao governo Bolsonaro. Questionado por jornalistas, Guedes declarou que a Febraban assinar o manifesto pela democracia não teria "nenhum problema", e que "todas as opiniões são respeitáveis", mas afirmou que isso não é o que a Federação teria falado.

"A informação que eu tenho é a seguinte: É que havia um manifesto de defesa da democracia, e que aí não haveria problema nenhum, e que alguém na Febraban teria mudado isso para em vez de ser uma defesa da democracia, ser o que seria um ataque ao governo. Aí a própria Fiesp teria dito: "Então, eu não vou fazer esse manifesto", e o manifesto parece que está até suspenso por causa disso, não estão chegando a um acordo", disse Guedes em transmissão da CNN Brasil. O ministro disse ainda que a Febraban está muito ativa na defesa dos interesses dos bancos na **reforma tributária**, o que ele classificou como "louvável" e

declarou que não tem abordado o assunto em razão do seu empenho em resolver a questão.

O documento, no entanto, segundo revelou o jornal Folha de S.Paulo, não cita nenhum representante dos poderes e destaca que as entidades signatárias "veem com grande preocupação a escalada de tensões e hostilidades entre as autoridades públicas." O texto também defende que "momento exige do Legislativo, do Executivo e do Judiciário aproximação e cooperação. Que cada um atue com responsabilidade nos limites de sua competência, obedecidos os preceitos estabelecidos em nossa Carta Magna. Este é o anseio da N ação brasileira".

O texto diz ainda: "A Praça dos Três Poderes encarna a representação arquitetônica da independência e harmonia entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, essência da República. Esse espaço foi construído formando um triângulo equilátero, cujos vértices são os edifícios-sede de cada um dos poderes. Essa disposição deixa claro que nenhum dos prédios é superior em importância, nenhum invade o limite dos outros, um não pode prescindir dos demais. Em resumo, a harmonia tem de ser a regra entre eles. Mais do que nunca, o momento exige do Legislativo, do Executivo e do Judiciário aproximação e cooperação. Que cada um atue com responsabilidade nos limites de sua competência, obedecidos os preceitos estabelecidos em nossa Carta Magna. Este é o anseio da Nação brasileira", diz outro trecho.

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal informaram que pretendem sair da Febrapan por discordar que a entidade, que é privada, se posicione politicamente, caso o documento seja publicado. A decisão foi informada ao ministro Paulo Guedes e ao presidente Jair Bolsonaro. Em nota divulgada ontem, a Febraban negou que o manifesto seja crítica ao governo, mas um pedido de "serenidade". A federação afirmou ainda que o texto foi articulado pela Fiesp e apresentado na última quinta-feira às entidades empresariais.

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, evitou polemizar e disse que documento teve divulgação adiada para receber mais adesões. "O manifesto em defesa da pacificação e harmonização teve uma adesão em um só dia de 200 instituições brasileiras. E outras disseram que gostariam de participar, mas precisavam de mais prazo. Por essa razão, foi aberto período maior para adesões", disse o dirigente da entidade.

Site: https://digital.em.com.br/estadodeminas

## Febraban deixa discrição de lado em reação a Guedes e cenário econômico



Bernardo Caram, Júlio Wiziack e Larissa Garcia

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) deixou de lado seu estilo discreto e passou a entrar em embates com o governo de Jair Bolsonaro e, em particular, a gestão do ministro Paulo Guedes na economia.

A instituição, que sempre atuou nos bastidores em defesa dos interesses dos maiores bancos do país, evitando exposição pública, rachou depois de uma tentativa de elaborar um manifesto pela "harmonização entre Poderes" que, em uma das versões, continha críticas diretas à condução da economia.

A tensão entre o setor e Guedes foi agravada pela deterioração do cenário econômico ao longo deste ano.

No mais novo episódio, a Caixa e o Banco do Brasil ameaçaram deixar de fazer parte da Febraban por discordarem de um manifesto em defesa da democracia endossado pela instituição.

O texto foi votado remotamente pelas instituições e, votos vencidos, Caixa e BB pediram então ao presidente da Febraban que a carta tivesse a assinatura de cada banco, e não da entidade.

Sem resposta, ameaçaram deixara instituição. Na avaliação de ambos, a instituição nunca fez política, publicando cartas, nem mesmo quando houve o movimento pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Tampouco com a Operação Lava Jato.

Para os dirigentes dessas instituições, controladas pela União, chancelar uma carta com esse conteúdo

seria impraticável. Consideraram permanecer na Febraban somente se o documento fosse publicado com assinatura de cada banco. Caso contrário, deixariam a entidade.

Diante do racha, a Febraban passou a trabalhar em uma outra versão do manifesto que foi coordenado pelo presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf.

O documento, que ainda está sendo discutido, tem como tema central um pedido de harmonia entre os Poderes.

Diante da ameaça de Banco do Brasil e Caixa de deixar a Febraban, o subprocurador-geral do TCU (Tribunal de Contas da União), Lucas Furtado, pediu explicações ao presidente da Febraban, Isaac Sidney. Ele quer saber se a politização dessas instituições é o motivo que poderá levar à saída delas da entidade.

Ao comentar o caso, Guedes disse nesta segundafeira (30) ter sido informado de que "alguém na Febraban" teria transformado o documento em um ataque ao governo Jair Bolsonaro.

A entidade respondeu em nota, em seguida. "A Febraban não participou da elaboração de texto que contivesse ataques ao governo ou oposição à atual política econômica."

Segundo a Folha apurou, logo após a declaração do ministro da Economia, na tarde desta segunda-feira, o presidente da Febraban e Guedes se falaram por telefone e, de acordo com interlocutor, o tom foi amistoso.

Na ligação, Guedes teria dito que entendia que a nota aprovada pela Febraban não era uma crítica ao governo e à política econômica.

Esse não é o primeiro atrito de Guedes com a Febraban. O principal embate envolve a defesa do ministro à criação de um tributo sobre transações financeiras aos moldes da extinta CPMF.

Os bancos são contra a medida. Em setembro do ano passado, Sidney disse ser muito mim que estejam "apequenando esse debate tentando tratar da **reforma tributária** como se estivéssemos falando apenas da

FOLHA DE S. PAULO / SP - MERCADO - pág.: A17. Ter, 31 de Agosto de 2021 REFORMA TRIBUTÁRIA

antiga ou nova CPMF".

No mês seguinte, o ministro fez críticas à atuação da entidade e acusou o grupo de atuar contra os planos do Ministério da Economia.

"A Febraban é uma casa de lobby, muito honrada, muito justo o lobby, mas tem que estar escrito na testa "lobby bancário ", que é para todo o mundo entender do que se trata. Inclusive, financiando estudos que não têm nada a ver com a atividade de defesa das transações bancárias. Financiando ministro gastador para ver se fura o teto, para ver se derruba o outro lado", disse na ocasião.

Em novembro, a equipe de Guedes começou a trabalhar em um pacote de medidas para desconcentrar o setor bancário e enfraquecer o que chamou de "cartel da Febraban". Conforme mostrou a Folha à época, o objetivo era reduzir o domínio das grandes instituições financeiras no mercado, abrindo espaço para mais participantes, com estímulo às fintechs -empresas mais enxutas que asam tecnologia para prestar serviços bancários.

Desde então, medidas como o Pix, sistema de pagamentos instantâneos, e o open banking foram implementadas em meio a reclamações dos bancos, especialmente em relação aos prazos.

O cronograma do openbanking, que permite o compartilhamento de dados entre instituições com autorização expressa do cliente, foi alterado diversas vezes sob pressão dos bancos. O principal argumento é que os prazos **impostos** pelo Banco Central não seriam razoáveis.

Em julho, o presidente da Febraban pediu a Guedes que igualasse a tributação entre empresas do setor financeiro. Atualmente, as fintechs recolhem menos **impostos** que os bancos maiores.

O pedido foi mal recebido pelas fintechs. Na avaliação do setor, a entidade deveria pedir para o governo diminuir os <u>impostos</u> dos grandes bancos, não para pesar sobre as novas empresas. Disseram que essa seria uma tática da Febraban para limitar a entrada de concorrentes no mercado.

Em outra medida que desagradou à entidade, o governo propôs em março deste ano um aumento na taxação sobre bancos para compensar uma redução de **impostos** sobre o diesel. Na ocasião, a Febraban afirmou que os bancos já pagam mais do que outros setores.

O perfil combativo adotado pela entidade coincidiu com a mudança de gestão da Febraban, em março do

ano passado, quando Isaac Sidney assumiu a presidência da federação antes comandada por Murilo Portugal.

Fundada em 1967, a Febraban é a principal entidade representativa de bancos no país e tem 117 associados.

Atualmente, seus conselhos e diretorias têm nomes dos maiores bancos em atuação no país, como Itaú, Bradesco, Santander, JPMorgan, Safra, BTG, Banco do Brasil e Caixa.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

## Insatisfação com reforma do IR deu impulso a documento

#### Daniele Madureira

A insatisfação dos empresários e banqueiros com o andamento da segunda fase da **reforma tributária**, relacionada ao Imposto de Renda, serviu de mola propulsora para a manifestação que pedia a harmonia entre os três Poderes da República.

Com a possibilidade de a reforma não sair, depois de dois meses intensos de negociações entre membros do Ministério da Economia e diversos setores empresariais, as duas grandes entidades que coordenaram o movimento pela manifestação - Febraban e Fiesp- procuraram elevar o tom.

Tudo isso em meio à medição pública de forças entre o presidente Jair Bolsonaro, membros do STF e os líderes do Congresso Nacional.

Nas palavras de um executivo que acompanhou as discussões na Fiesp, foi a "junção da fome com a vontade de comer": os empresários insatisfeitos com a reforma, tentando se recompor dos efeitos da pandemia, preocupados com o planejamento dos negócios em 2022, que começa agora em setembro, assistindo os poderes travarem um cabo de guerra em Brasília.

Segundo ele, a necessidade de realinhar os negócios ao pós-pandemia esbarra neste "tumulto institucional" que gera insegurança jurídica. Especialmente às vésperas de um ano eleitoral, em que parte das compras governamentais é travada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com esse executivo, dentro da entidade, conselheiros ligados à indústria química -um dos setores que devem perder subsídios com a reformateriam insuflado o movimento a favor do manifesto. A Fiesp, capitaneada por Skaf, elaborou o documento e saiu solicitando o logotipo de cada entidade na assinatura. Segundo ele, Skaf recuou por motivações políticas e deixou o manifesto "acéfalo".

No caso da **reforma tributária**, diz ele, os empresários estão extremamente insatisfeitos com o fato de o ministro da Economia, Paulo Guedes, não ter atendido pleitos como a simplificação do ICMS, o ajuste para aumentar a arrecadação sobre o comércio eletrônico, e a inclusão de um mecanismo para

atualizar o valor contábil dos ativos, o que faria com que as empresas tivessem maior liquidez.

Mas, para os bancos, o grande "desconforto" com a equipe econômica está na cobrança de imposto sobre os dividendos, afirma. Na opinião dele, a Febraban "carregou a mão" ao se mostrar tão contrária à medida.

Mas, para outro executivo, que integra o conselho de um grande banco de investimentos, a medida vai promover uma "cascata de **tributos**", punindo os acionistas. Para ele, a cobrança é "um grande absurdo", mas os bancos não deveriam assumir um posicionamento político.

Na sua opinião, a Febraban deve se restringir a defender os interesses dos bancos, sem entrar no jogo político. Ao assinar o documento, diz ele, a entidade se expõe e ajuda o "palangue" de Skaf.

Esse executivo do mercado financeiro diz que Skaf "reza" para que ele seja a "terceira via" tão ansiada pelos empresárias -numa alusão à provável disputa eleitoral de 2022, entre Bolsonaro e o ex-presidente Lula. E, para isso, o presidente da Fiesp usa a entidade, o Ciesp [Centro das Indústrias do Estado de São Paulo], o Sesi e o Senai como plataforma política, diz.

Paulo Skaf termina em dezembro seu mandato de 17 anos à frente da Fiesp. A partir de janeiro, quem assume é Josué Gomes, dono da Coteminas. Procurado, o empresário informou, via assessoria de imprensa, que "não comenta atos do atual presidente".

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

# Para empresários, Skaf suspendeu divulgação a pedido de Lira



O presidente da Fiesp, Paulo Skaf zanone Fraissat - 30.abr.21/Folhapress

Julia Chaib, Júlio Wiziack, Ricardo Delia Coletta, Danielle Brant e Marianna Holanda

A decisão do presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, de adiar a publicação de manifesto que pedia a harmonia entre os Poderes é atribuída por empresários a um gesto dele a Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara.

Segundo signatários da nota que seria divulgada nesta semana, Skaf justificou o adiamento como uma forma de atender a um pedido do deputado para postergar a publicação do texto.

Para empresários, além de já ter sido próximo do governo Jair Bolsonaro (sem partido), o presidente da Fiesp estaria em débito com o parlamentar por ter acatado pleitos do setor na reforma do Imposto de Renda.

Skaf é um crítico da proposta do IR, mas foi escalado por Lira como interlocutor junto ao setor produtivo. O relator da **reforma tributária**, Celso Sabino (PSDB-PA), esteve na Fiesp ao menos quatro vezes para conversar com o empresário.

Com a negociação, alguns pontos defendidos pela Fiesp teriam sido contemplados no relatório de Sabino, como a isenção de tributação sobre dividendos a empresas do mesmo grupo econômico e para micro e pequenas empresas e o regime de tributação monofásica de cosméticos, perfumaria e higiene pessoal.

Em nota oficial divulgada nesta segunda-feira (30), porém, a Fiesp afirmou ter adiado a publicação do manifesto para dar mais tempo para entidades aderirem ao texto.

Lira, por sua vez, telefonou a Skaf a pedido de integrantes do governo, segundo o próprio empresário relatou a pessoas próximas.

Entre aliados de Bolsonaro, a avaliação é que a defesa de harmonia entre os Poderes às vésperas do 7 de setembro seria uma sinalização ruim, pois poderia dar a impressão de que o setor produtivo está contra o governo ou mesmo ser interpretado como um desembarque de empresários da base de apoio de Bolsonaro.

Além do mais, de acordo com interlocutores no Palácio do Planalto, um texto do tipo poderia ser entendido como um endosso de atores econômicos à leitura de que as manifestações de 7 de setembro têm caráter antidemocrático. Nesse sentido, o adiamento do manifesto foi visto como positivo pelo governo.

Parte do empresariado contesta o adiamento da carta por avaliar que dilui o impacto que o texto teria antes das manifestações convocadas para defender o governo. Apesar de não haver data para publicar o manifesto, interlocutores de Skaf avaliam que isso deve ocorrer após 7 de setembro.

O movimento de Lira ocorreu após o envio, há cerca de dez dias, de uma minuta da carta pela Febraban aos bancos públicos. Nela, haveria críticas contra o governo Bolsonaro, particularmente ao trabalho do ministro Paulo Guedes, diante de um crescimento econômico pífio e o aumento do desemprego.

Naquele momento, os dirigentes do Banco do Brasil e da Caixa se recusaram a assinar o documento que, na avaliação de ambos, fala em "retomada do crescimento e geração de empregos".

Nesse meio-tempo, Lira entrou em campo para tentar desidratar o documento ou impedir que fosse publicado. Mesmo que a carta não fosse um ataque frontal ao governo, os bancos públicos colocaram como condição para sua permanência na Febraban que a documento fosse assinado pelas instituições individualmente -e sem o endosso da entidade.

A estratégia do governo é seguir pressionando contra a divulgação do documento, principalmente a partir do poder de pressão dos bancos públicos. De acordo com um interlocutor, só a saída da Caixa representaria uma perda anual de R\$ 30 milhões para a entidade, pagos como contribuição.

Veja a versão mais recente do texto da Fiesp

A praça é dos Três Poderes.

A praça dos Três Poderes encarna a representação arquitetônica da independência e harmonia entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, essência da República. Esse espaço foi construído formando um triângulo equilátero, cujos vértices são os edifíciossede de cada um dos Poderes.

Esta disposição deixa claro que nenhum dos prédios é superior em importância, nenhum invade o limite dos outros, um não pode prescindir dos demais. Em resumo, a harmonia tem de ser a regra entre eles.

Este princípio está presente de forma clara na Constituição Federal, pilar do ordenamento jurídico do país. Diante disso, é primordial que todos os ocupantes de cargos relevantes da República sigam 0 que a Constituição nos impõe.

As entidades da sociedade civil que assinam este manifesto veem com grande preocupação a escalada de tensões e hostilidades entre as autoridades públicas. O momento exige de todos serenidade, diálogo, pacificação política, estabilidade institucional e, sobretudo, foco em ações e medidas urgentes e necessárias para que o Brasil supere a pandemia, volte a crescer, a gerar empregos e assim possa reduzir as carências sociais que atingem amplos segmentos da população.

Mais do que nunca, o momento exige do Legislativo, do Executivo e do Judiciário aproximação e cooperação. Que cada um atue com responsabilidade nos limites de sua competência, obedecidos os preceitos estabelecidos em nossa Carta Magna. Este é o anseio da Nação brasileira.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

## O "Simplifica" complica (Artigo)

#### **BERNARD APPY**

Na discussão sobre a reforma da tributação do consumo, as entidades representativas dos municípios de maior porte, assim como algumas entidades empresariais, têm defendido uma proposta conhecida como Simplifica Já (ver meu artigo Os municípios na **reforma tributária**, publicado neste espaço em 15/9/2020).

Ao contrário da proposta de reforma tributária ampla do consumo, que propõe a unificação do imposto municipal sobre serviços (ISS) e do imposto estadual sobre circulação de mercadorias (ICMS) em um imposto sobre bens e serviços (IBS), o Simplifica Já propõe a manutenção da segmentação entre o ISS e o ICMS. O apoio ao Simplifica Já resulta, de um lado, do desejo dos grandes municípios em continuar cobrando o ISS e, de outro, da pressão de alguns setores pela menor tributação do consumo de serviços.

Ainda que a **reforma tributária** ampla mantenha a carga tributária total, uma de suas consequências é a redistribuição da tributação, com alguns setores pagando menos que hoje e outros pagando mais. É natural que setores que acham que serão prejudicados, como alguns segmentos de serviços, defendam a manutenção de uma tributação menor, ainda que isso seja socialmente injusto - pois ricos consomem proporcionalmente muito mais serviços do que pobres.

Também é natural que municípios que acham que serão prejudicados (na maior parte dos casos equivocadamente) sejam contra a unificação do ISS com o ICMS.

O problema é que o Simplifica Já é a pior forma possível de estes setores e municípios se protegerem dos efeitos da reforma. E isso por vários motivos.

Por um lado, a segmentação na tributação de mercadorias e serviços é um desastre para o crescimento do País. Na economia moderna, a produção e os investimentos são cada vez mais intensivos em serviços. Isso significa que a manutenção de um tributo cumulativo sobre serviços não apenas onera os investimentos e prejudica a competitividade da produção nacional, como tende a tornar o Brasil cada vez mais defasado em relação ao resto do mundo na incorporação de novas tecnologias. Não por acaso, o Brasil é o último país economicamente relevante do mundo que ainda tributa

separadamente mercadorias e serviços.

Por outro lado, a proposta do Simplifica Já aumenta, e muito, a carga tributária. Isso se deve a três motivos.

O primeiro é a redução das alíquotas interestaduais do ICMS prevista na proposta, cujo resultado é a cobrança no Estado de destino do imposto que hoje não é cobrado no Estado de origem, por causa de benefícios fiscais.

O segundo motivo são o aumento da base de incidência e a mudança na forma de cobrança do ISS, que inevitavelmente resultarão em aumento de carga. O terceiro é a limitação do número de alíquotas do ICMS e o consequente reenquadramento nas novas alíquotas que, muito provavelmente, resultará em maior tributação. Ao contrário da reforma ampla, cuja transição foi desenhada para manter a carga tributária, a aprovação do Simplifica Já levaria a um aumento da carga tributária de um a dois pontos porcentuais do PIB.

Por fim, apesar do nome, o Simplifica Já resultaria num sistema muito mais complexo que o IBS cobrado com regras uniformes.

Caso o Simplifica Já fosse aprovado, o País inteiro pagaria uma conta extremamente pesada, na forma de menor crescimento e maior carga tributária. O pior é que o próprio setor de serviços seria prejudicado: de um lado, porque é o maior beneficiário do aumento do PIB e da renda das famílias; de outro, porque a não cumulatividade plena do IBS é muito melhor para os prestadores de serviços que estão no meio da cadeia que o ISS.

A demanda de alguns setores por menor tributação e de alguns municípios por maior participação na receita faz parte da política. O problema não está nessa demanda, mas sim na forma proposta para seu atendimento. Com o Simplifica Já, o custo para a sociedade tende a ser muito maior que o pretenso benefício para os municípios e setores que defendem a proposta.

DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

## Orçamento "apertado" deverá ter ajustes

Contas públicas Proposta a ser enviada ao Congresso hoje terá forte contração de despesas e expectativa de revisão Orçamento "apertado" deverá ter ajustes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186994?page=1&section=1

#### Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186994?page=1&section=1

# O preço da gasolina não cai no grito, como quer Bolsonaro

#### Rodrigo Spada

O preço da gasolina chegou a inéditos R\$ 7 em alguns estados do Brasil. As consequências que isso traz ao orçamento doméstico e ao planejamento financeiro de companhias de diversos setores impuseram urgência ao debate sobre o preço dos combustíveis . Acontece que, com o problema já em uma dimensão quase que insuportável, ganham holofote as propostas de solução rápida e aparentemente simples - que geralmente estão erradas.

A ideia de Jair Bolsonaro , por exemplo, é que os governadores reduzam o ICMS sobre os combustíveis. Assim, num passe de mágica, o preço na bomba voltaria a patamares aceitáveis. Esse é o exemplo perfeito da falsa solução, da medida irrefletida cujas externalidades são tão ou mais graves que o problema que busca resolver.

Numa postura populista, o presidente chegou a desafiar os governadores a abrirem mão do ICMS sobre o combustível -como se a tributação fosse um capricho dos executivos estaduais. Em contrapartida, o governo zeraria a cobrança de PIS/Cofins sobre combustíveis. Sem olhar para os números, a proposta até parece razoável. Olhando para a realidade, entretanto, esse desafio é um absurdo.

O ICMS responde por, em média, 85% da arrecadação própria dos estados. E o ICMS sobre os combustíveis equivale a cerca de 20% do total arrecadado por esse tributo. Portanto, um corte leviano desse imposto levaria a graves consequências na prestação de serviços públicos. Se os governadores aceitassem este duelo colocariam em risco a saúde, a educação e a segurança em seus estados.

Por outro lado, PIS/Cofins e Cide cobrados sobre os combustíveis respondem por uma pequena parcela da arrecadação federal. Em 2019, a União arrecadou R\$ 27,4 bilhões em um total de arrecadação de cerca de R\$ 1,5 trilhão. Ou seja, o equivalente a menos de 2%.

Portanto, quando Bolsonaro propõe que estados e União reduzam seus <u>tributos</u> sobre os combustíveis, é como se ele pedisse uma contribuição de, digamos, R\$ 1.000 a um milionário que tem fontes de renda diversas e pedisse os mesmos R\$ 1.000 a um trabalhador que ganha salário mínimo. É uma falsa

equivalência, que leva a uma falsa

solução.

Como já explicou o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda (Comsefaz), os aumentos nos preços dos combustíveis não têm relação com a tributação estadual. Foram frutos da alteração da política de gerência de preços por parte da Petrobrás, que prevê reajustes baseados na paridade do mercado internacional, repassando ao preço dos combustíveis toda a instabilidade do cenário externo do setor e dos mercados financeiros internacionais.

Os caminhos para resolver verdadeiramente o problema passam menos por arroubos retóricos e mais por um trabalho sério e planejado.

Há uma grande oportunidade aberta neste momento: a discussão de uma **reforma tributária** ampla no Congresso Nacional. A tributação brasileira está calcada em um modelo disfuncional e injusto que se concentra mais sobre o consumo do que sobre a renda e o patrimônio. E isto pode -e deve- ser resolvido com uma verdadeira reforma do sistema tributário.

Outro caminho possível é investir em mecanismos que deixem o país menos exposto às variações do preço do petróleo no mercado internacional. Com uma empresa do porte da Petrobrás, o Brasil pode atingir a autossuficiência real de petróleo e não precisa ficar refém da conjuntura externa, fragilizando toda a cadeia produtiva local e corroendo o poder de compra das famílias.

Olhando ainda mais para frente, um caminho necessário é a diversidade nos modais de transporte. Não podemos ficar dependentes apenas do modal rodoviário, ineficiente e movido por uma restrita matriz energética. É fundamental haver um planejamento para expansão do transporte por ferrovias, por hidrovias e por navegação de cabotagem.

Site: https://economia.uol.com.br/colunas/2021/08/31/o-preco-da-gasolina-nao-cai-no-grito-como-quer-bolsonaro.htm

#### PORTAL UOL - ECONOMIA. Ter, 31 de Agosto de 2021 REFORMA TRIBUTÁRIA



### Agronegócio defende Estado de direito



JORGE VASCONCELLOSROSANA HESSEL

A decisão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) de adiar a divulgação do manifesto em que pede harmonia entre os Poderes provocou incômodo entre empresários e industriais. A iniciativa da entidade não foi oficialmente comunicada aos cerca de 200 signatários do documento. Eles ficaram sabendo do recuo por meio da imprensa e vários, entre os quais do agronegócio, resolveram se manifestar à parte.

Em posicionamento próprio, entidades do agronegócio enfatizaram a defesa do Estado democrático de direito. "Nós queremos nos diferenciar de lideranças do agronegócio que estão apostando no conflito", disse o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, ao Blog do Vicente. A Abiove é uma das sete signatárias do manifesto do setor agro.

No documento, entidades agrícolas demonstraram preocupação com a imagem do país no exterior "com os atuais desafios à harmonia político-institucional e, como consequência, à estabilidade econômica e social em nosso país".

"Somos uma das maiores economias do planeta, um dos países mais importantes do mundo, sob qualquer aspecto, e não nos podemos apresentar à comunidade das nações como uma sociedade permanentemente tensionada em crises intermináveis, ou em risco de retrocessos e rupturas institucionais", informa o texto. "O Brasil é muito maior e melhor do que a imagem que temos projetado ao mundo. Isso está nos custando caro e levará tempo para reverter."

As entidades do agronegócio afirmam, ainda, que são "responsáveis pela geração de milhões de empregos,

por forte participação na balança comercial e como base arrecadatória expressiva de <u>tributos</u> públicos". O grupo também defendeu a Constituição Federal de 1988 e a lisura do processo eleitoral: "Mais de três décadas de trajetória democrática, não sem percalços ou frustrações, porém também repleta de conquistas e avanços dos quais podemos nos orgulhar. Mais de três décadas de liberdade e pluralismo, com alternância de poder em eleições legítimas e frequentes".

O texto destaca, também, que o desenvolvimento econômico e social do Brasil precisa de paz e tranquilidade para ser efetivo e sustentável. Defende, ainda, "a diversidade, que viceja no confronto respeitoso entre ideias", mas "sem qualquer tipo de violência entre pessoas ou grupos".

#### Justificativa

O argumento da Fiesp para adiar a divulgação do manifesto é ampliar o prazo de adesões ao documento. De acordo com a entidade, o texto virá a público depois do feriado de 7 de setembro - dia em que ocorrerão manifestações em apoio ao presidente Jair Bolsonaro e contra o Supremo Tribunal Federal (STF). Entre os apoiadores do manifesto está a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com a qual, em retaliação, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal decidiram romper.

Em nota, ontem, a Fiesp afirmou que, na última quintafeira, enviou consulta a diversas entidades para subscreverem o manifesto em favor do entendimento e da harmonia entre os três Poderes. "Em 24 horas, recebemos mais de 200 adesões, das mais representativas entidades brasileiras. Dezenas de outras entidades também manifestaram interesse em participar", disse o **comunicado**. "Em função desse cenário, informamos que estendemos o prazo para novas adesões, que poderão ser feitas ao longo da semana."

Segundo uma versão do manifesto que circulava ontem entre os empresários, as entidades da sociedade civil que o assinam "veem com grande preocupação a escalada de tensões e hostilidades entre as autoridades públicas". O texto enfatiza, ainda, que "o momento exige de todos serenidade, diálogo, pacificação política, estabilidade institucional e, sobretudo, foco em ações e medidas urgentes e necessárias para que o Brasil supere a pandemia, volte a crescer e a gerar empregos e, assim, possa

CORREIO BRAZILIENSE / DF - POLÍTICA - pág.: A02. Ter, 31 de Agosto de 2021 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

reduzir as carências sociais que atingem amplos segmentos da população".

O documento diz, também, que, "mais do que nunca, o momento exige do Legislativo, do Executivo e do Judiciário aproximação e cooperação". "Que cada um atue com responsabilidade nos limites de sua competência, obedecidos os preceitos estabelecidos em nossa Carta Magna. Este é o anseio da nação brasileira." A Fiesp é presidida por Paulo Skaf, aliado de Bolsonaro. Segundo apurou o Correio, a entidade não quer que o manifesto, intitulado "A Praça é dos Três Poderes", seja interpretado como uma crítica ao governo federal, mas um apelo à pacificação.

Skaf adiou a divulgação após conversa com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e em meio à pressão do Executivo, por meio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. (Colaborou Raphael Felice)

#### MP do TCU quer ouvir Febraban

O subprocurador-geral do Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, acionou o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, para explicar por que Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal ameaçaram sair da entidade por causa do manifesto que pede a harmonia entre os três Poderes.

"Ao se confirmar a notícia, haveria risco ao sistema financeiro brasileiro advindo de possível politização dos bancos, privados e públicos", disse Furtado no ofício. O subprocurador cita a visão da Febraban, que fala que um sistema financeiro "saudável, ético e eficiente é condição essencial para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do país".

Na área técnica do tribunal, há a avaliação de que a decisão de Caixa e Banco do Brasil demonstra um movimento das instituições em favor de um posicionamento político do controlador (União), o que pode configurar ingerência. Para os bancos públicos, segundo fontes, o documento tem tom político contrário ao governo".

#### Adesões

O manifesto tem como signatários Associação Brasileira do Agronegócio, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma), Croplife Brasil (que representa empresas de defensivos químicos, biológicos, mudas, sementes e biotecnologia), Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) e Sindicato

Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

#### Preocupação

Setores representativos da agroindústria manifestam, desde o início do atual governo, preocupação com o crescente desmatamento florestal no País, o que ocasiona perda de mercados importantes na Europa e Estados Unidos. A crise institucional agravou a situação, segundo destacam.

### Orçamento imerso em mar de incerteza

#### **VERA BATISTA**

A Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022 será enviada ao Congresso hoje. Em meio às acirradas discussões entre Executivo, Legislativo e Judiciário, a expectativa do mercado é de que o texto seja menos político e contemple quatro principais pontos: pagamento dos R\$ 89 bilhões de precatórios; despesas discricionárias comprimidas; despesas obrigatórias revistas; e o montante reservado ao novo Bolsa Família nos patamares de 2020 (cerca de R\$ 35 bilhões), sem ampliação de valor e da base de beneficiários. Na prática, entretanto, poucos acreditam que o que estará escrito seja cumprido, diante da tendência de expansão de gastos pelo governo, que pretende turbinar o Bolsa Família "O Executivo irá apenas "cumprir tabela" (prazo constitucional) ao entregar a PLOA 2022. As dúvidas e as incertezas vão continuar. O governo pretende fazer um omelete, mas não tem ovos", diz o especialista em contas públicas Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas. A estratégia de divulgar uma peça fictícia está evidente, diz, no discurso oficial, pelas pretensões de lançamento de um robusto programa social, de reajustar salários de servidores, de prorrogar a desoneração da folha e de incluir bilhões no Fundo Eleitoral.

Mas não há espaço no teto de gastos. "Nesta terçafeira, o governo dará apenas o pontapé inicial em um jogo complicado, que será disputado nos próximos quatro meses. E tudo dependerá da combinação com os "russos", ou seja, com o Congresso Nacional", ironiza o especialista. Ele lembra que ainda não se tem sequer uma solução para os precatórios. "Além do mais, os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO, divulgada em 23 de agosto) já estão defasados em relação às previsões do Boletim Focus, do Banco Central. O mercado está, a cada semana, mais pessimista", aponta.

"O que se espera é que reduza despesas. Quando encaminhará em setembro o corte que prometeu nos subsídios? Não seria viável, nesse cenário de crise, a redução das emendas parlamentares, notadamente no valor de cerca de R\$ 17 bilhões (em 2021) das abomináveis emendas do relator? Diante de tantas incertezas, o PLOA deverá conter, uma vez mais, valor extremamente elevado nas "despesas condicionadas", que dependem da autorização do Congresso", reforça Castello Branco.

Rachel de Sá, chefe de economia da Rico Investimentos, destaca que "o mercado está em compasso de espera e aguardando a resolução Fux-Dantas" - que vem sendo alinhavada entre o presidente do STF e do CNJ, Luiz Fux, e o ministro Bruno Dantas, do STJ, que envolve também os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco - para resolver a questão do pagamento dos precatórios e definir espaço orçamentário para o novo Bolsa Família. Resolução, no entanto, que não tem data para acontecer.

"Mas o mercado espera a solução dos precatórios. Não acreditamos que o governo vai furar o teto até o fim do ano. É claro que o ótimo, em relação ao ajuste das contas, já foi embora. Mas entre o ótimo e o apocalipse, tem espaço. E para o Bolsa Família, por lei, é preciso encontrar uma fonte permanente de recursos", conta Rachel. Para tal, o Executivo conta com a melhora na arrecadação de **impostos**, que vem crescendo nos últimos meses, apesar da insistente alta na **inflação**, principalmente dos alimentos e dos combustíveis, argumenta a economista.

Para fazer a conta fechar, afirma Rachel de Sá, o governo terá de lançar mão da estratégia "matemática de uma discricionária quase zerada" - as despesas discricionárias são aquelas que o governo tem liberdade para decidir quando e se vai pagar, ao contrário das obrigatórias, que é obrigado a pagar. "É claro que, assim, os investimentos caem. O que se discute, também, são os subsídios e as emendas parlamentares. Mas o governo tem pouca margem de manobra, o que pode trazer no futuro possíveis contingenciamento de recursos", destaca Rachel.

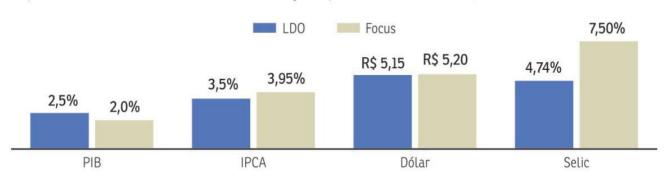
Ela admite que "uma parte da PLDO não reflete o que vai acontecer". "Essa peça orçamentária será apenas uma prévia", diz. Para Cesar Bergo, sócio-investidor da Corretora OpenInvest, Somente o fato de o governo ter falado que ia dar calote nos precatórios, já criou instabilidade no mercado. "A gente espera, obviamente, seriedade no orçamento, mas se formos medir pelo que aconteceu no ano passado, vai ser difícil". Existem interrogações, diz. "Sobretudo, em questões ligadas à pandemia e aos auxílios emergencial e assistenciais. Tem muitas dúvidas", conta Bergo.

**Fux-Dantas** 



#### Riscos

Os parâmetros da LDO 2022 estão defasados em relação às previsões do Boletim Focus, do Banco Central



## Déficit do governo diminui, mas é o 3ª maior da história

O governo central (que inclui Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central) registrou um déficit de R\$ 73,4 bilhões no acumulado de 2021 -o terceiro pior resultado para o período na série histórica (iniciada em 1997).

Só em julho, o déficit foi de R\$ 19,8 bilhões. Apesar disso, o resultado foi superior às projeções de analistas compiladas pela pesquisa Prisma Fiscal, do Ministério da Economia -que indicava déficit de R\$ 31,4 bilhões no mês.

O resultado, divulgado pelo Tesouro nesta segunda (30), mostra um déficit 86% menor (em termos reais) no acumulado do ano na comparação com igual período de 2020. A despesa total caiu 21% (para R\$ 944,5 bilhões), enquanto a receita líquida subiu 32% (para R\$ 871,1 bilhões).

No ano passado, o país enfrentava o primeiro ano da pandemia, e o governo executava medidas com impacto fiscal mais forte -como o auxílio emergencial maior e adiamentos de **impostos** mais amplos.

Apesar da melhora em relação a 2020, despesas ligadas à crise sanitária continuam limitando os números neste ano.

Entre essas despesas, estão créditos extraordinários (como os direcionados à Saúde) -que já alcançam R\$ 68 bilhões em 2021.

A diminuição em relação ao ano passado decorre tanto da desaceleração das despesas anticrise como da expansão das receitas federais neste ano.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

## Pacheco e Lira tentam acordo para destravar textos do Refis e do IR

Na tentativa de destravar a reforma do Imposto de Renda, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), discutem um acordo para que a Câmara vote o Refis para negociar dívidas tributárias e o Senado vote um texto pactuado para o IR.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o acerto deve envolver a redução da alíquota a ser cobrada sobre dividendos distribuídos por empresas, prevista no projeto em 20%. Hoje, esses recursos são isentos da cobrança do IR. A volta dessa tributação é polêmica e encontra resistência no setor empresarial.

O assunto foi discutido em um café da manhã de Lira e Pacheco na manhã de ontem, antes de Pacheco se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo o relato de pessoas que acompanharam o encontro, a conversa serviu para "eliminar ruídos" e "promover melhor alinhamento das duas Casas".

O movimento de Lira na direção de um acordo para avançar com a proposta de mudança no IR vem depois de o Senado ressuscitar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que unifica **impostos** federais, estaduais e municipais sobre o consumo.

Guedes chegou a sinalizar que toparia a reforma ampla caso tivesse apoio não só dos Estados, mas também dos municípios.

Enquanto isso, a reforma do IR virou motivo de queda de braço na Câmara, com ao menos três tentativas fracassadas de votação. Depois de até o valor do piso nacional do magistério entrar nas negociações paralelas na tentativa de aprovar a proposta, Lira acabou adiando a análise do texto sem se comprometer com nova data para a apreciação.

Segundo apurações da reportagem, o comando da Câmara já percebeu que, sem novas mudanças, o texto não avançará. Por isso, a redução da alíquota dos dividendos entrou na negociação.

O relator da reforma do IR, deputado Celso Sabino (PSDBPA), fez mudanças que ampliaram o alcance das isenções da taxação sobre os dividendos, mas vinha mantendo a alíquota em 20%. O Refis já foi aprovado pelo Senado, mas nos bastidores Lira chegou ameaçar travar a votação caso o projeto do IR

não avançasse no Senado.

Caso haja mesmo um corte nessa alíquota, a receita do governo com a medida tende a ficar menor. A interlocutores, Guedes disse que a reforma tem que ser "neutra" do ponto de vista fiscal (ou seja, não pode, no conjunto, aumentar nem reduzir a arrecadação). Uma das possibilidades é reduzir a alíquota de 20% para 15%. Para a reforma ficar neutra, será preciso mexer em outros pontos do projeto, como ampliar as renúncias. Soluções podem ser costuradas na própria proposta de Orçamento para 2022, a ser enviada pelo governo hoje.

No mesmo café da manhã, Lira e Pacheco também discutiram o compromisso da Câmara de acelerar a tramitação da reforma administrativa, cujo parecer na comissão especial ainda não foi apresentado, enquanto o Senado centraria esforços para avançar na tributária. / I.T. e ADRIANA FERNANDES

#### I Queda de braço

20% é a alíquota prevista para a taxação de lucros e dividendos das empresas no texto de reforma do IR que tramita na Câmara. O índice pode cair para 15%, mas é preciso que o governo abra mão de receitas para que as mudanças não aumentem nem reduzam a arrecadação, uma promessa do Executivo

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

## Gasolina já passa de R\$ 7 em 3 regiões

#### Denise Luna / RIO

O preço do litro da gasolina já ultrapassa os R\$ 7 em três regiões do País - Norte, Sudeste e Sul -, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) referentes à semana de 22 a 28 de agosto. O combustível acumula alta de 2,2% no mês, chegando a 51% no ano, e tem como principal fator de alta o câmbio, aliado ao aumento do petróleo no mercado internacional.

O preço mais alto da gasolina foi encontrado pela ANP em Bagé, no Rio Grande do Sul (R\$ 7,219/litro), e o mais baixo foi apurado em alguns municípios de São Paulo, inclusive a capital (R\$ 5,099/litro). O preço médio no País ficou em R\$ 5,982 o litro na semana passada, alta de 0,5% em relação à semana anterior.

De acordo com o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, a desvalorização do real e o preço do petróleo no mercado internacional são os principais fatores que elevam o valor da gasolina na refinaria da Petrobras, mas também afetam os <u>impostos</u> que incidem no preço final nas bombas dos postos. "O imposto é representativo no preço final da bomba, mas ficou alto por conta do petróleo internacional e do câmbio", explica, prevendo que o petróleo deverá continuar oscilando em torno dos US\$ 70 e o câmbio, entre R\$ 5,20 e R\$ 5,30 por dólar este ano.

De acordo com Petrobras, os **impostos** correspondem a 39,1% do preço da gasolina na bomba, enquanto a fatia da empresa é de 33,6%, o etanol pesa 16,9% e os setores de revenda e distribuição ficam com os 10,4% restantes. Sanchez afirma que são inúmeros os impactos da alta na gasolina, sendo o mais imediato no bolso do consumidor, porque os salários não estão acompanhando a **inflação**.

"O salário não se corrige na mesma velocidade dos insumos, e alguns (insumos) acabam roubando a representatividade de outros, principalmente quando são essenciais", avalia Sanchez, dando como exemplo pessoas que usam o carro para trabalhar e substituem outras possíveis aquisições para poder abastecer.

"Quem costuma poupar também vai poupar menos e, como grande parte da população vive no limite de renda, ocorre a substituição de proteínas, deixando a carne bovina e passando para carne suína, frango ou mesmo o ovo", explica.

O último reajuste da gasolina foi realizado nas refinarias da Petrobras em 12 de agosto, quando a estatal anunciou aumento de 3,5%.

Segundo analistas, apesar dos 20 aumentos já aplicados na gasolina este ano, ainda existe defasagem em relação ao mercado internacional, o que deve ser recomposto gradualmente pela Petrobras, à medida que o preço do petróleo evoluir. De acordo com Sanchez, essa defasagem está em 15%, mas ele ressalta que a estatal tem feito reajustes "com defasagem" desde a mudança da gestão da estatal, em abril - ou seja, não tem seguido a paridade internacional na mesma velocidade de alta do petróleo.

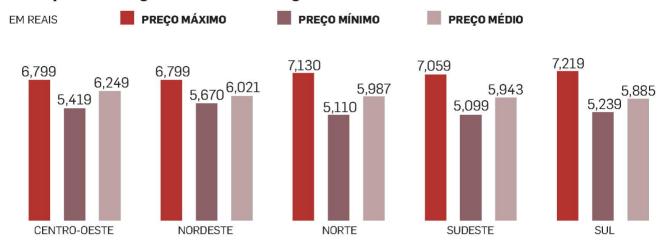
Além do impacto do petróleo, o preço da gasolina no posto tem sido afetado pela adição do etanol, produto também em alta no mercado, cuja mistura obrigatória ao combustível fóssil é de 27%

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

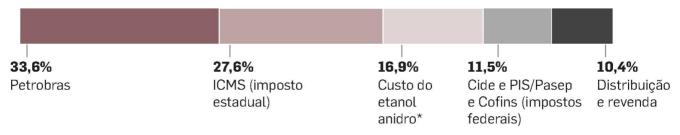
#### PREÇO NA BOMBA

• Dados levantados pela ANP em todo o País entre 22 a 28 de agosto

#### Valor por litro da gasolina em cada região



#### Composição da gasolina



\*COMPOSIÇÃO: 73% GASOLINA A E 27% ETANOL ANIDRO NA GASOLINA COMUM E ADITIVADA - NA GASOLINA PREMIUM É DE 25%;
FONTE: ANP

# Petroleiras estrangeiras mostram interesse em leilão, diz secretário

#### GabrielaRuddy Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186994?page=1&section=1

#### Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186994?page=1&section=1

## Bolsonaro diz que espera sofrer "sanção restritiva"

#### Matheus Schuch De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186994?page=1&section=1

#### Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186994?page=1&section=1

### Precatórios podem sair do impasse hoje



ROSANA HESSEL

Diante da dificuldade para encontrar uma saída para o problema dos precatórios - dívidas judiciais da União e, assim, conseguir fechar o Orçamento de 2022 ainda hoje, o ministro da Economia, Paulo Guedes, passou a apostar em uma solução costurada entre o Legislativo e o Judiciário por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa medida é uma alternativa à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que adia o pagamento dessa dívida por 10 anos - muito mal recebida pelo mercado -, mas também apresenta problemas, de acordo com especialistas. "É uma solução inteligente e possível", afirmou, ontem, o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), após reunião com o ministro Paulo Guedes. Para o senador, resolver o impasse dos precatórios e, assim, abrir espaço no Orçamento para ampliar o Bolsa Família são tarefas "complementares". Pacheco contou que marcaria uma reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal (CNJ), Luiz Fux, que também preside o CNJ, junto com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a fim de encontrar uma solução para os precatórios. O encontro foi agendado para hoje, às 9h45.

Hoje é o último dia para o governo enviar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022. Sem uma solução para os precatórios, precisará lançar integralmente os R\$ 89,1 bilhões previstos para essa despesa no ano que vem, acima da previsão inicial de R\$ 57,8 bilhões. Nesse cenário, não haveria espaço para bancar o novo Bolsa Família nem o reajuste dos servidores, promessas anunciadas pelo presidente Bolsonaro.

A proposta que será analisada hoje por Pacheco, Fux e Lira foi feita pelo vice-presidente do Tribunal de

Contas da União (TCU), Bruno Dantas. O desenho prevê um limite de R\$ 39,8 bilhões para os precatórios que seriam pagos neste ano, deixando a maior parte, R\$ 49,3 bilhões, para 2023. Guedes elogiou a solução via CNJ e demonstrou confiança para conseguir avançar nessa saída - tanto que o Orçamento de 2022 não está totalmente fechado. Ainda não há previsão, na pasta, para a entrega física da peça orçamentária no Congresso, como ocorre tradicionalmente.

"Achamos essa proposta eficaz e vemos com muita satisfação essa retomada da pauta econômica (com o Congresso)", disse o ministro, ao lado do senador, ressaltando que o problema dos precatórios não afeta apenas o novo benefício prometido por Bolsonaro. "O problema do precatório não é ligado apenas ao Bolsa Família, mas à previsibilidade e à exequibilidade do Orçamento público", acrescentou Guedes. Ele aprova a solução apontada por meio do CNJ e fora da Constituição para conseguir preservar a regra do teto de gastos -- emenda constitucional que limita o aumento de despesa à **inflação** do ano anterior.

#### Judicialização

Contudo, essa solução tem problemas, de acordo com o presidente da Comissão Especial de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eduardo Gouvêa. Além de adiar o pagamento de dívidas que não cabem recursos, o que é inconstitucional, há dificuldades com o limite de R\$ 39,8 bilhões para os precatórios de 2022. Esse montante é maior do que o espaço extra de R\$ 35,5 bilhões no limite do teto de gastos se a PEC das pedaladas for aprovada, conforme dados da Economia.

"Se essa proposta for aprovada, o efeito na dívida será pior do que o da PEC dos precatórios", alertou Gouvêa. Por conta das multas e dos juros sobre os valores parcelados por meio da PEC, o especialista estima que a dívida poderá ultrapassar R\$ 1 trilhão em uma década.

O representante da OAB contou que a proposta também precisará passar pelo fórum técnico do CNJ sobre o tema, o Fonaprec. "Até agora, não fomos consultados", lamentou o advogado, que é membro do órgão. Além disso, ele alertou para o fato de que essa solução do CNJ vai interferir na independência do Poder Judiciário em vez de atacar a raiz do problema dos precatórios, que provoca tantos processos contra a União na Justiça.

Apesar de elogiar a iniciativa do ministro Bruno Dantas em buscar uma alternativa à PEC dos precatórios, o especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro, economista do Senado Federal, disse que esse adiamento da maior parte dessa despesa obrigatória, criando uma espécie de subteto, "pode gerar um ajuste fiscal muito perigoso". Segundo ele, um governo ideológico pode entrar em uma estratégia de não pagar, contando com a judicialização de que teria um subteto. "Isso é muito perigoso para uma democracia", alertou.

Para Ribeiro, o melhor caminho de uma solução para os precatórios é o Legislativo, porque seria possível tirar parte dos precatórios do teto de gastos. "Assim, evitaria que o resultado fiscal do governo ficasse distorcido", disse. "Mas o governo inviabilizou politicamente essa saída ao enviar a PEC dos precatórios. Para que essa solução ocorra, seria preciso uma outra PEC", completou o economista, que elogiou as propostas da OAB.

### Reforma e contrarreforma (Artigo)

#### » ANDRÉ GUSTAVO STUMPF Jomolista (andregustavolOfd terra.com.br)

Em 31 de outubro de 1517, véspera do dia de Todos os Santos, o monge católico alemão Martinho I.uiero pregou suas 95 teses na porta da igreja de Wittenberg. Com este simples gesto gerou uma revolução religiosa que fraturou a cristandade ocidental. () documento colocou em debate" a utilização das indulgências para conceder perdão aos pecados dos fiéis.

Lutero era contra essa prática e achava que não era atribuição do papa obrigar as pessoas a pagar pelo perdão e pela salvação. Seu intuito era reformar a Igreja, moralizar as práticas do clero, além de condenar os abusos promovidos pela Igreja de Roma. Ele traduziu a Bíblia para o alemão, com objetivo de torná-la acessível a todos os alfabetizados. Lute-ro foi excomungado pelo Papa Leão X por causa da ousadia. Sua teologia ficou conhecida como protestantismo.

A contrarreforma foi a reação da Igreja Católica ao avanço do protestantismo pela Europa. Seus líderes decidiram iniciar a catequiza-ção de pessoas pelos jesuítas, criar seminários religiosos, reativar o tribunal da Inquisição e proibir livros que, supostamente, atentavam contra as regras da Igreja. Os princípios básicos para a reforma da Igreja (Católica foram estabelecidos no Concilio de Trento.

O protestantismo se espalhou pela Europa, fato que gerou guerras religiosas de todos os tipos e tamanhos, e provocou fuga em massa para regiões onde as diversas religiões conviviam sem perseguições. As populações fugiam para onde se sentiam seguras no Velho Continente ou fora dele. Um dos destinos que iria aparecer em bre-ve seria o da América do Norte. Protestantes de diversas tendências migraram para o novo continente c implantaram a ideia de que o país seria governado pelo povo, sem reis e com um administrador que seria substituído de tempos em tempos. Assim, surgiu o país chamado Estados Unidos da América, filho direto da reforma protestante.

As antigas colônias espanholas e portuguesas são filhas diretas da contrarreforma. Os países que sucederam ao antigo sistema colonial são majorilariamente católicos, com sistema educacional baseado na atividade da Igreja e forte presença de religiosos no governo. A Inquisição teve em Lima, no Peru, uma espécie de sucursal. No Brasil, ocorreram quatro visitas para controlar os desmandos daquele

pessoal que vivia abaixo do Equador. A sede da Inquisição portuguesa ficava em Lisboa onde alguns condenados foram queimados vivos em praça pública. O listado e a religião andaram de mãos dadas no Brasil desde os primeiros dias até a Proclamação da República, em 1899.

Este é um legado profundo na história do Brasil. O país é corrupto desde a sua descoberta. Na carta ao Rei I). Manuel I que anuncia a descoberta do novo território além-mar, Pero Vaz Caminha pede emprego para um parente.

Ao longo dos séculos, dirigentes e religiosos roubaram à farta. Desviaram recursos de todas as maneiras possíveis e ignoraram solenemente as normas religiosas de conduta. Os homens se amancebavam com índias e negras, porque o sistema escravagista era consentido pela Igreja. Enfim, viver no Brasil era uma rara oportunidade de viver no paraíso e ficar rico.

Essa retrospectiva é razoável diante do que aconteceu no Brasil nos últimos anos. Uma operação de juizes e procuradores, em Curitiba, longe portanto de Brasília, identificou e processou diversos líderes políticos e empresariais de alto coturno. ?\ Operação Liva-jalo desvendou para o mundo a realidade da economia brasileira: um conluio forte entre empresários. políticos e governo. Cada um tirava a sua parle em nome de administrar o país. A investigação dos jovens do Paraná exibiu as vísceras da economia brasileira. Tudo contaminado pela corrupção.

O novo governo prometeu ir mais fundo nesta linha. Colocou o Sergio Moro no Ministério da Justiça. Mas o presidente e sua família não resistem a uma simples investigação. Por essa razão, ele se transformou numa espécie Tor-quemada pelo avesso. Recolocou o antigo sistema no poder. Cometeu o mais absoluto estelionato eleitoral. Prometeu um mundo e construiu seu reverso. A CPI da Covid, para ficar em apenas um exemplo, demonstrou a vasta picaretagem ocorrida em torno da aquisição de vacinas.

O inexplicável medievo brasileiro em pleno século 21, é construído sobre notícias falsas e mentiras grosseiras, crendices, ncgacionismos e a mistura de conceitos políticos com religiosos. Exalta a incompetência e fecha os olhos para as necessidades básicas. Produz, um inexplicável saco de maldades contra os brasileiros: **inflação** e desemprego em alta, gasolina caríssima, gás de cozinha a 10% do saláriomí-nimo, provável racionamento de energia. O

CORREIO BRAZILIENSE / DF - OPINIÃO - pág.: A11. Ter, 31 de Agosto de 2021 ECONOMIA

inquisidor sugere que o povo não compre feijão, compre armas. E o inesperado mergulho em direção à Idade Média. Um desastre abissal.

Site: https://www.cbdigital.com.br/correiobraziliense

# Suspensão de manifesto surpreende e decepciona entidades da indústria

### Eduardo Sodré e Paula Soprana

Surpresa, decepção e até irritação. Esses são os adjetivos asados por representantes de entidades empresariais para definir como receberam a informação do adiamento de um manifesto convocado por Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Cerca de 300 entidades receberam, na semana passada, um convite oficial da Fiesp, enviado por email, para aderira um manifesto que seria publicado nos principais jornais do país defendendo a necessidade de harmonia entre os três Poderes. O convite de adesão, assinado por Skaf, avisava que o custo de mídia ficaria sob responsabilidade da Fiesp e que bastava confirmar a participação até as 1711 da sexta-feira (27).

O manifesto seria publicado nesta semana, provavelmente nesta terça-feira (31).

As cerca de 200 entidades que confirmaram participação ficaram sabendo nesta segunda (30) pela mídia, em declarações de pessoas ligadas ao governo, que a Fiesp suspendera a publicação. O presidente de uma das entidades qualificou a atitude de Skaf como falta de deferência institucional, mas outros usaram palavra mais duras. Chamaram a decisão de manobra política unilateral e até covarde.

No caso da indústria automotiva, há executivos falando em traição. Pessoas ligadas a entidades do setor contam que trabalharam por semanas no texto do manifesto e ficaram frustradas com o adiamento da carta. Os executivos avaliam que houve censura por parte da Fiesp, e veem uma conotação política no adiamento.

A decisão de Skaf visa esperar os desdobramentos das manifestações de 7 de setembro, diz um representante do setor. Na avaliação de outro executivo, Skaf, que está no fim de seu mandato à frente da Fiesp, não quer se desgastar com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que teria reagido muito mal à ideia da carta de pacificação.

A Fiesp aglutinou o empresariado brasileiro por meio do conselho Diálogo pelo Brasil -que provavelmente é o grupo de WhatsApp com maior concentração de

representantes do PIB no país.

Grosso modo, equivale ao Conselhão construído pela mesma entidade durante o governo do ex-presidente Lula. Seu poder se estendeu para além da indústria, atingindo o terceiro setor e ocupa o espaço que já foi da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

A Anfavea (associação das montadoras) e a Fenabrave (que reúne os distribuidores de veículos) representam cerca de 80 empresas e algo como 20% do **PIB** industrial.

As entidades chegaram a propor pontos mais enfáticos na carta, com maior pressão sobre o Executivo, mas foram convencidas a optarem por um discurso ameno, sem citar nomes.

A Anfovea em particular vinha adotando uma postura mais crítica em relação à condução da política econômica no primeiro semestre, mas havia retomado o tom conciliatório ao apresentar os dados de mercado referentes à julho. A próxima reunião da associação das montadoras ocorrerá na próxima semana, após o 7 de Setembro.

Há um problema adicional no caso de uma entidade que reúne empresas globais como montadoras. Nada ocorre em uma filial sem que a sede saiba, e abortar uma tentativa de conciliação por pressão do governo manda um péssimo sinal para as matrizes, que a cada dia aumentam a desconfiança com o governo Bolsonaro.

Há o trauma do intervencionismo que marca a política econômica e industrial do país e que já trouxe resultados ruins recentes, no governo Dilma Rousseff (PT).

Outras entidades com representação igualmente expressiva, como a Associação Comercial de São Paulo, o IDV (Instituto do Desenvolvimento para o Varejo) e a Abinee, de eletrônicos, também tiveram a sensação de ficarem vácuo.

"Lamentamos que um movimento agregador, com o objetivo de assegurar a harmonia entre Poderes, conforme consta na Constituição, nem tenha sido publicado e já cause esse problema", diz Marcelo Silva, presidente do IDV, que reúne 76 empresas,

entre elas grandes redes de varejo e supermercados. Segundo ele, a associação só se manifesta sobre políticas públicas, não partidárias, e por isso havia entendido que o texto estava de acordo com suas diretrizes institucionais.

Alguns representantes, que preferiram não ter os nomes divulgados, afirmaram que o ruído envolvendo o manifesto demonstra que a iniciativa da Fiesp pode ter sido motivada por interesses políticos de Skaf, que estaria querendo se desvencilhar do governo Bolsonaro para concorrer a uma vaga ao Senado em 2022.

Mesmo que a carta não tenha críticas diretas ao Executivo e trate da necessidade de cooperação entre os três Poderes, eventuais ranhuras com o o empresariado não são bem-vindas ao governo de Bolsonaro, recordista nos pedidos de impeachment. A Fiesp foi uma das principais mobilizadoras do setor privado pelo impeachment de Dilma, em 2016.

Em nota, a Fiesp afirmou que, além das 200 entidades que apoiaram o documento, dezenas de outras também manifestaram interesse em participar do texto.

"Em razão desse cenário, informamos que estendemos o prazo para novas adesões, que poderão ser feitas ao longo da semana", afirmou.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

### **ECONOMIA**

# Teto para precatórios pode criar fila de R\$ 1,4 tri até 2036

#### Danielle Brant, Fábio Pupo, Julio Wiziack e Thiago Resende

O ministro Paulo Guedes (Economia) aceitou uma proposta que cria um limite anual para o pagamento de dívidas da União reconhecidas pela Justiça (precatórios), com uma fila de recebimentos em ordem cronológica. A proposta, no entanto, pode criar uma bola de neve nos passivos do Tesouro.

Apesar de abrir uma folga no Orçamento de 2021, as pendências se acumulariam ao longo do tempo. Nas contas da Consultoria de Orçamento da Câmara, a fila de pagamentos pode chegar a R\$ 1,4 trilhão em 2036.

Isso acontece porque a proposta -em discussão com o Congresso e Judiciário- estabelece como limite para precatórios o valor de sentenças judiciais pagas em 2016 (R\$30,2 bilhões), quando foi criado o teto de gastos federais, mais a inflação. Enquanto isso, as sentenças contra a União têm ficado todo ano acima do limite.

Para 2022, por exemplo, o limite seria de R\$ 39,9 bilhões -de um total de R\$ 90 bilhões previstos para o ano.

A minuta de resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), à qual a Folha teve acesso, estabelece que o valor da despesa que exceder o teto de precatórios será remanejado para o ano seguinte e deve ser incluído no Orçamento como despesa primária.

Pela proposta, o que for adiado seguiria uma fila com prioridade para as ações mais antigas. Outros critérios previstos na Constituição devem ser adotados em conjunto, como a prioridade aos chamados precatórios alimentares (relacionados a discussões sobre renda).

O valor postergado deve entrar no limite de pagamentos para precatórios do novo ano para ser recebido pelo credor. Caso contrário, será novamente adiado -e, assim, sucessivamente.

A conta de passivos de R\$ 1,4 trilhão em 2036 feita pela consultoria da Câmara leva em conta um cenário de crescimento anual de 10% no volume de precatórios, número visto como conservador por eles.

No cenário mais brando, em que o crescimento

acompanhe o ritmo do teto de gastos, o tamanho das pendências chegaria a R\$ 672,4 bilhões em 2036.

"Todos os cenários [calculados pela consultoria] consideram crescimento inferior à média do crescimento das sentenças judiciais no período de 2017 a 2022, que Foi maior que 17%", afirmam os técnicos.

A consultoria se opõe ao plano e defende as discussões via PEC (proposta de emenda à Constituição). "Em termos jurídicos, a postergação e o parcelamento dessas despesas obrigatórias devem ser regulamentados por emenda constitucional, não por resolução do CNJ", concluiu a análise da consultoria de Orçamento da Câmara.

Interlocutores reconhecem o risco de acúmulo de passivos, mas defendem a fila por ordem cronológica como uma regra mais transparente, previsível e justa do que o parcelamento dos valores sugerido por Guedes via PEC.

"Nós havíamos tentado uma PEC, mas aparentemente já há uma solução mais efetiva, rápida, e inclusive mais adequada juridicamente", disse Guedes nesta segunda-feira (30). "Aparentemente, eles preferem, em vez do parcelamento, a cronologia. É um assunto para o Judiciário resolver", completou o ministro.

Somente teriam garantia de serem guitados no ano os títulos abaixo de R\$ 66 mil (as chamadas requisições de pequeno valor, que correspondem a causa s de até 60 vezes o salário mínimo). Os demais, de valores mais elevados, seguiriam as novas regras.

A saída está sendo discutida entre representantes do Tribunal de Contas da União, do Judiciário, do governo e do Congresso. Nesta semana, os presidentes Rodrigo Pacheco (do Senado), Arthur Lira (da Câmara) e Luiz Fux (do Supremo Tribunal Federal) devem debater o tema.

Pacheco chegou a afirmar que a solução é "inteligente e possível" e disse que cabe ao Congresso contribuir de forma construtiva sobre medidas para o país. "O que não podemos absolutamente deixar acontecer no Brasil é interromper o diálogo", disse Pacheco, lembrando que o adiamento dos precatórios destravaria a expansão do Bolsa Família.

As alternativas para os precatórios começaram depois que a fatura para o ano que vem chegou a R\$ 89,1 bilhões, um crescimento de 61% em relação a 2021.

A conta dificulta os planos do governo para diferentes medidas em ano eleitoral, como o Auxílio Brasil, principalmente por causa do teto de gastos -que impede o crescimento real das despesas federais.

Antes dessa discussão, o governo chegou a enviar ao Congresso uma PEC para parcelar os precatórios por até dez anos. Mas a medida gerou reações principalmente do mercado, que enxergou um drible na regra do teto da União (que impede que o governo expanda suas despesas para além da **inflação**).

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, defendeu nesta segunda que a proposta em discussão não representa uma burla ao teto.

"Ao contrário dessa ideia de que a proposta viria a driblar o teto de gastos, a proposta visa preservar o teto de gastos", afirmou.

Apesar disso, Bittencourt reconheceu a necessidade de outras ações por parte do governo para evitar o acúmulo de custos bilionários em derrotas judiciais da União.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

## Uma solução para os precatórios (Artigo)

#### Felipe Salto

Oepisódio dos precatórios revela a preferência por contornar o teto de gastos. O risco de não pagar despesas obrigatórias já foi elucidado no meu último artigo. Dólar, <u>inflação</u>, juros e dívida para cima. Proponho uma solução para preservar o teto, ampliar o Bolsa Família e quitar todos os precatórios em 2022.

O governo informou, recentemente, que haverá R\$ 89,1 bilhões de sentenças judiciais e precatórios a pagar no ano que vem. Não deveria surpreender- se, já que a Advocacia- Geral da União faz o mapeamento sistemático dos riscos.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Balanço-Geral da União constam as informações agregadas. Supõe-se ser a soma dos dados pormenorizados de cada ação judicial.

Antes, previa-se algo como R\$ 57 bilhões.

A diferença, de R\$ 32,1 bilhões (89,1 menos 57), precisará caber no teto e no Orçamento.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado hoje e, até o momento em que este artigo foi escrito, não havia solução anunciada. A PEC dos Precatórios é um erro com potencial de prejudicar a economia via aumento do risco.

Retirar o gasto do teto ou fixar um limite máximo anual de pagamento seriam saídas igualmente problemáticas.

Um dos maiores precatórios da conta de 2022 é o Fundef, programa educacional dos anos 1990 para universalizar o acesso à escola. Em particular, esses precatórios tratam da complementação paga pela União aos fundos instituídos nos Estados e municípios.

O Fundef foi substituído pelo Fundeb, passando a incluir o ensino médio. A despesa com precatórios do Fundef tem, exata e precisamente, a mesma natureza da despesa do Fundef original e do Fundeb atual.

A complementação da União ao Fundeb não se sujeita ao teto de gastos desde a origem da nova regra fiscal (2016). Assim, não há razão para tratar coisas iguais de modo distinto: se a complementação está fora do teto, os precatórios dela originados também devem estar. O STF mandou a União pagar cerca de R\$ 16

bilhões em precatórios do Fundef à Bahia, ao Ceará e a Pernambuco. Sob adequado tratamento contábil a esse gasto (fora do teto), metade do rombo de R\$ 32,1 bilhões estaria resolvida.

Essa discussão foi trazida inicialmente pelo economista Daniel Couri, que logo percebeu a inconsistência.

E o resto? Nas contas da Instituição Fiscal Independente (IFI), se a <u>inflação</u> de 2021 ficar igual à acumulada em 12 meses até junho (8,35%), haveria folga de pelo menos R\$ 15 bilhões no teto de 2022. Vale dizer, enquanto o limite sobe pela <u>inflação</u> medida pelo IPCA do meio do ano anterior, as despesas sujeitas ao teto sobem pela do fim do ano.

A <u>inflação</u> está pressionada pela taxa de câmbio, pelo risco fiscal, pelo aumento dos preços das commodities e pelo espalhamento desses fatores no setor de serviços. Esperava-se, até há pouco, que a <u>inflação</u> pudesse ceder ao longo do segundo semestre. Ao contrário, as projeções de mercado não cansam de subir. Mas a alta dos juros deve permitir, ao menos, certa estabilidade em relação ao patamar de junho.

Destaco que a folga estimada em R\$ 15 bilhões pressupõe ausência de reajustes salariais para o serviço público além dos já concedidos (militares).

Assim, o buraco de R\$ 32,1 bilhões cairia para R\$ 16,1 bilhões, com a correta interpretação para os precatórios do Fundef, e, em seguida, para R\$ 1,1 bilhão, pelo uso da folga do teto. Restaria equacionar R\$ 1,1 bilhão. O veto presidencial à nova regra para o fundão eleitoral já daria conta disso.

Finalmente, como ampliar o Bolsa Família? Em 2021, as emendas de relator-geral do orçamento totalizarão R\$ 18,5 bilhões. Vamos imaginar um corte de R\$ 10 bilhões nessas emendas, que nem deveriam existir. A saber, ferem a própria lógica das emendas individuais - regulamentadas e impositivas. Abalam, ainda, os princípios básicos do processo orçamentário, a exemplo da impessoalidade e da transparência.

Outros R\$ 10 bilhões poderiam ser cortados nas demais despesas discricionárias (não obrigatórias), que incluem as emendas. Corrigindo as discricionárias de 2021 pela <u>inflação</u> e promovendo os cortes, seria possível garantir um volume de R\$ 109,7 bilhões para 2022.

Valor baixo, mas condizente com o funcionamento da máquina pública. Apagaria o incêndio dos precatórios e tornaria viável o Bolsa Família.

Esse montante de R\$ 20 bilhões permitiria ampliar o benefício médio do Bolsa Família em aproximadamente 60%, isto é, de cerca de R\$ 190 para R\$ 305, mantido o número de benefícios emitidos.

Pode-se, ainda, imaginar um arranjo com menor aumento do benefício mensal para contemplar uma expansão do número de famílias atendidas pelo programa.

O que proponho não tem nada de novo: pagar as contas em dia e cortar gastos para financiar despesas novas. Todas as alternativas consideradas até aqui - 1) parcelar precatórios, 2) fixar um limite de pagamento e postergar o excedente ou 3) retirar esses gastos do teto - têm riscos não desprezíveis. Mudar a regra na iminência do seu rompimento é um caminho a evitar.

A solução difícil, cortar gastos, ninguém quer.

Alternativas aventadas até aqui têm riscos.

A solução difícil, cortar gastos, ninguém quer

DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI.

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM A INSTITUIÇÃO.

## Sem dinheiro para fuzil (Editorial)

Sai a <u>inflação</u> da pandemia, entra a <u>inflação</u> da seca, sem <u>trégua</u> para o consumidor, cada vez mais atormentado pelo custo da comida e pela conta de luz. O preço da alimentação subiu 1,17% em agosto, bem mais que no mês anterior, quando havia aumentado 0,59%, de acordo com a Fundação Getulio Vargas (FGV).

Com a geração mais cara, a tarifa de eletricidade já aumentou duas vezes, 5,87% e 3,26%, e deve ser de novo reajustada em setembro, segundo avisou o governo.

"Qual o problema de a conta de luz ficar um pouco mais cara?", perguntou há poucos dias o ministro da Economia, Paulo Guedes. Não há problema, é claro, para quem tem a conta paga pelo Tesouro.

Com a cesta básica de alimentos e artigos de higiene e limpeza custando quase um salário mínimo, o brasileiro comum nem tem tempo para pensar na pergunta do ministro. Nem terá, ainda por muitos meses, se os fatos confirmarem as expectativas do mercado. As projeções colhidas em pesquisa do Banco Central (BC) apontam inflação de 7,27% em 2021 e de 3,95% em 2022. Os economistas do mercado elevaram sua projeção pela 21.ª semana consecutiva.

As tensões políticas, a confusão, o populismo e a irresponsabilidade fiscal do presidente Jair Bolsonaro também afetam as expectativas, com ou sem pandemia e com mais ou menos chuva nas lavouras e no sistema de reservatórios.

A meta oficial de **inflação** deste ano é 3,75%. A do próximo é 3,50%. As duas serão amplamente superadas pela alta real de preços, de acordo com as previsões correntes. Em setembro, também segundo avaliação do mercado, o BC deve elevar os juros básicos de 5,25% para 6,25% ao ano, para tentar conter a **inflação**. A taxa deve atingir 7,50% até dezembro e continuar nesse nível durante um ano.

A elevação de juros, principal terapia anti-inflacionária do BC, começou há meses, mas sem efeito perceptível até agora.

Para o consumidor o quadro tem piorado sem interrupção.

No varejo, a comida encareceu 4,45% no ano e 11,44% em 12 meses, pelas contas da FGV. Os

números são do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), formado por três itens - um indicador de preços por atacado, um de preços ao consumidor e um de custos da construção.

Durante algum tempo, a partir do ano passado, os preços foram impulsionados pela forte demanda global, sustentada inicialmente pela recuperação chinesa.

As cotações internacionais já estão mais acomodadas, mas os preços têm sido afetados pela estiagem mais severa em 91 anos. Neste ano, os produtos agropecuários ficaram 16,54% mais caros, no atacado.

Em 12 meses a alta chegou a 47,91%. Esses aumentos têm sido passados apenas em parte ao varejo e, portanto, ao comprador final, pressionado também pelo encarecimento do gás de cozinha, da eletricidade e da gasolina.

Para os mais pobres nem há como recompor as despesas.

Não há como evitar, no caso desses consumidores, a mera redução de gastos essenciais.

Além da inflação e da renda curta, milhões ainda enfrentam as péssimas condições do mercado de trabalho, com alto desemprego e muita insegurança para quem tem a sorte de conseguir uma ocupação. Grande parte dos contratos é informal e sem garantias elementares para o assalariado.

O emprego continuará escasso enquanto faltarem melhores perspectivas econômicas. A economia deve crescer 5,22% neste ano, segundo a última projeção do mercado, e apenas 2% no próximo. Sem expectativa de atividade bem mais intensa, a procura de mão de obra só deverá melhorar lentamente.

Mas os condutores da política econômica agem como se bastasse baratear a mão de obra para estimular contratações, mesmo sem previsão de aumento significativo e duradouro dos negócios.

Enquanto isso, o presidente recomenda a compra de fuzis e chama de idiota quem defende prioridade para o feijão.

Mas é difícil achar um bom fuzil por menos de R\$ 12 mil. É complicado atender o presidente, quando boa parte dos empregados mal consegue receber dois

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES - pág.: A03. Ter, 31 de Agosto de 2021 ECONOMIA

salários mínimos por mês. Seria o caso de decretar um grande aumento salarial para facilitar o acesso a armas de alta qualidade?

<u>Inflação</u> alta e renda baixa impedem o povo de se armar como propõe Bolsonaro

### **ECONOMIA**

## Precatórios podem gerar 'bola de neve' de até R\$ 1,4 tri



#### Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A proposta alternativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o pagamento de precatórios (dívidas que a União é obrigada a pagar depois de derrotada em decisões judiciais) pode gerar uma "bola de neve" de R\$ 672,4 bilhões a R\$ 1,448 trilhão até o fim de 2036, quando acaba a vigência do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação).

O cálculo consta de informativo, obtido pelo Estadão, elaborado por consultores da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara. Os dados mostram que, na melhor das hipóteses, seriam necessários quatro anos para pagar os precatórios postergados de 2022.

Com esse caminho, não haveria pagamentos de novos precatórios até 2025, quando começariam a ser pagos os que deveriam ter sido honrados em 2023.

A proposta vem sendo costurada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Luiz Fux, e pelo vice-presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas. Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu a proposta como a "mais adequada juridicamente". Guedes almoçou também com o ministro do STF Gilmar Mendes.

Resistente inicialmente, Gilmar avançou no entendimento para um acordo.

A ideia é fixar um limite para o pagamento de precatórios a partir do ano que vem, com base na

regra de correção do IPCA prevista no teto de gastos. Esse modelo permitiria adiar o pagamento de parte da despesa com precatórios e requisições de pequeno valor determinada pela Justiça para 2022, sem precisar aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

A nota técnica da consultoria foi encomendada pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) e assinada pelos consultores Graciano Rocha Mendes, Ricardo Volpe, Sérgio Tadao Sambosuke e Wagner Primo Figueiredo Júnior. "É óbvio que, se o governo só vai pagar a correção da inflação, e o resto vai virar estoque para o ano seguinte, e a curva do crescimento dessa despesa continuar do jeito que está, haverá um acúmulo de estoque", disse o expresidente da Câmara. Segundo Maia, as propostas apresentadas até agora como solução vão pelo lado mais fácil, de não pagar toda a dívida de precatórios e furar o teto de gastos.

"Não está se olhando o lado da redução despesas",

Maia tem pronta uma emenda à PEC para pagar os precatórios dentro do teto, acionando os gatilhos, medidas de corte de despesas, automaticamente.

Segundo os consultores, dos R\$ 89,5 bilhões em sentenças judiciais para 2022, seriam pagos somente R\$ 37,8 bilhões pela proposta do CNJ. "Quando chegar o ano seguinte, vai acumular com o que entra, mais o que se ia pagar e não se pagou. Vai chegar a um ponto que mal será pago o que foi acumulado nos primeiros anos de postergação", disse Volpe. Do lado jurídico, os consultores avaliam que a postergação e o parcelamento devem ser regulamentados por emenda constitucional, e não por resolução do CNJ.

Os negociadores da solução "Fux-Dantas" costuram apoio entre os demais ministros do STF e dizem que a ideia é fixar o prazo de cinco anos para vigência da regra para evitar o acúmulo. A proposta prevê também um fundo de securitização, via projeto de lei, para cessão de créditos de dívidas a receber.

I Saldo Pela nova proposta do CNJ, dos R\$ 89,5 bilhões de precatórios, somente seriam pagos R\$ 37,8 bilhões em 2022.

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS - pág.: B09. Ter, 31 de Agosto de 2021 ECONOMIA

# Negociação sobre dívidas passa por acordo com Estados

Costurada nos últimos dias por integrantes dos três Poderes, a solução alternativa de criar um limite para o pagamento dos precatórios (dívidas judiciais) a partir de 2022 deve envolver a negociação de um acordo direto com os Estados para o pagamento de R\$ 15,6 bilhões devidos pela União. A intenção é evitar a formação de uma "bola de neve" para o futuro com o adiamento de parte de uma fatura de R\$ 89,1 bilhões e, ao mesmo tempo, contribuir para uma saída do impasse sem necessidade de mexer na Constituição.

O acerto com os governos estaduais ajudaria a tirar esses precatórios da fila de pagamentos sujeitos ao novo limite de pagamento. Na prática, um volume menor de dívidas seria rolado para anos seguintes. A despesa com o acordo, no entanto, continuaria sujeita ao teto de gastos - regra que limita o avanço dos gastos à **inflação**.

A criação de um subteto para precatórios está sendo discutida entre integrantes dos três Poderes e seria formalizada em resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa via foi pensada após a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, para parcelar essas dívidas em dez anos, receber uma enxurrada de críticas e ampliar os temores do mercado em relação ao equilíbrio das finanças públicas.

Além do parcelamento, a PEC cria um fundo para antecipar a quitação das prestações usando receitas extras, sem que esse gasto fique dentro do teto de gastos.

Guedes tem sido aconselhado a retirar a PEC e investir apenas na solução que está sendo costurada com o Judiciário, o Legislativo e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Os governos da Bahia, do Ceará, de Pernambuco e do Amazonas têm, juntos, R\$ 15,6 bilhões a receber em 2022, após ganhar uma ação no STF que questionava valores do Fundef, o fundo para o desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério que vigorou até 2006. Daquele valor, cerca de R\$ 7 bilhões podem ser abatidos por meio de um "encontro de contas", isto é, compensação com dívidas que esses Estados têm com a União. / I.T. e A.F

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS - pág.: B09. Ter, 31 de Agosto de 2021 ECONOMIA

# Setores do agronegócio fazem manifesto contra "risco de retrocessos"

#### FERNANDA TRISOTTO E HENRIQUE GOMES BATISTA

Veja a matéria no site de origem:

https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

# Teto de precatórios pode gerar dívida de R\$ 672 bi

GERALDA DOCA,MANOEL VENTURA E EVANDRO ÉBOLI

Veja a matéria no site de origem:

https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/